

RELATÓRIO DE  
**SUSTENTABILIDADE**

2022

## ÍNDICE

<b>I. MENSAGEM DO PRESIDENTE .....</b>	<b>3</b>
<b>II. BASE PARA A PREPARAÇÃO DO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE.....</b>	<b>7</b>
<b>III. GRUPO PARPÚBLICA.....</b>	<b>9</b>
1. Perfil do Grupo.....	10
2. PARPÚBLICA (holding) .....	10
3. Gestão do Ciclo Urbano da Água .....	11
4. Produção de Moedas e Publicações.....	11
5. Mercados Abastecedores .....	12
6. Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal.....	12
7. Gestão e Promoção Imobiliária.....	13
8. Outros Segmentos de Negócio.....	14
<b>IV. MODELO DE GOVERNO.....</b>	<b>15</b>
<b>V. INSTRUMENTOS DE BOM GOVERNO .....</b>	<b>17</b>
<b>VI. ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE DO GRUPO .....</b>	<b>18</b>
1. Materialidade.....	20
2. Envolvimento das partes interessadas .....	20
3. Valorização dos negócios.....	23
4. Valorização dos recursos humanos.....	25
5. Valorização da sociedade .....	40
6. Valorização ambiental.....	46
<b>VII. Nota Final .....</b>	<b>66</b>
<b>VIII. TABELA GRI .....</b>	<b>68</b>



## I. MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Relatório de Sustentabilidade representa o compromisso do Grupo PARPÚBLICA no âmbito da sua Integridade Institucional e Corporativa, em todas as vertentes das atividades das suas participadas, desde a económica e financeira, até à ambiental, passando pelas componentes ética e social, interna, os seus colaboradores, e externa, a Sociedade.

Não o elaboramos inspirados na obrigatoriedade legal, que cumprimos naturalmente, mas por considerarmos uma responsabilidade coletiva de partilharmos com todos os *stakeholders* a nossa própria visão e avaliação da sustentabilidade da Holding e do Grupo – em termos de prioridades, resultados e condicionantes –, conscientes que somos os primeiros interessados e ganhadores desta avaliação e, sobretudo, da sua transparência.

É um Relatório integrado e holístico, inspirado no conceito integrador da sustentabilidade e da sustentação da atividade, ao nível da viabilidade e da responsabilidade social, e ao nível dos efeitos e impactos internos e externos de todas as vertentes dessa mesma atividade, bem como das práticas da Gestão a elas associadas.

Neste contexto, inspiramo-nos nas orientações dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), inscritas na Agenda 2030, das Nações Unidas, absorvendo, tratando, experimentando e procurando transferir para as participadas a prossecução daqueles objetivos e melhores práticas.

Da nossa própria inspiração corporativa, acrescentámos aos três Pilares tradicionais da Sustentabilidade – Negócios, Sociedade e Ambiente –, o Pilar das Pessoas, dos nossos colaboradores e das colaboradoras.

A PARPÚBLICA aderiu, em 2022, ao UN Global Compact / Global Compact Network Portugal, que promove a liderança em questões de Ética, Responsabilidade Social e Sustentabilidade, continuando, desta forma, a sua trajetória de integração em Redes de Boas Práticas – juntando à adesão ao iGen - Fórum de Organizações para a Igualdade ( Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego - CITE), à Plataforma de Trabalho Colaborativo na Administração Pública e ao Pacto para a Conciliação, que reconhece a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal como fator competitivo para a concretização da igualdade entre mulheres e homens, de bem-estar, de produtividade, motivação e de sustentabilidade demográfica, que inspira uma mudança cultural nas Organizações.

Naquele âmbito, o projeto de Certificação do Sistema de Gestão da conciliação, de acordo com o normativo NP 45:52 2016, tem servido de alavanca orientadora para a implementação de medidas adequadas, a par daquelas associadas ao Regime de Teletrabalho, que veio para ultrapassar as restrições impostas pela Pandemia, mas ficou pelas suas virtualidade associadas à flexibilidade, facilitação e motivação laborais, com ganhos externos ao trabalho como a gestão dos espaços, incluindo de estacionamento e custos diversos.

Como Holding iremos continuar – conjuntamente com as empresas participadas que, connosco avançam neste processo de certificação –, a liderar esta 'boa prática', de forma a disseminá-las noutras participadas, adaptando, naturalmente, às idiossincrasias de cada empresa.

Pretende-se que a estratégia de desenvolvimento sustentável, seja traduzida em ações concretas que permitam materializá-la, incentivando as participadas a fazê-lo segundo a sua própria realidade e cultura institucional, considerando o Negócio e a Sustentabilidade como uma opção e indissociáveis.

Entre as Boas Práticas de Governo Societário adotadas pelas Holding, e que se pretende ser gradualmente transferidas para as participadas, gostaria de relevar particularmente o Código de Ética e Conduta, a Carta de Responsabilidade Social, a Política de Gestão de Riscos de Fraude e, bem assim, a elaboração do Relatório Anual de Ocorrências e de Risco de Ocorrências.

Reforça este objetivo, as várias ações de formação que visam a sensibilização de todos os colaboradores para questões fundamentais, como proteção de dados pessoais, a cibersegurança, a prevenção da corrupção, a ética e conduta, os conflitos de interesse, entre outros outros paradigmas de integridade pessoal e institucional.

Este Relatório aborda, pois, de uma forma muito sintética, os princípios, as iniciativas e os resultados da Sociedade, e de cada participada, remetendo-se para os seus relatórios individuais o conhecimento mais efetivo das suas abordagens deste desígnios da sustentabilidade.

Certamente que o Futuro nos trará novos desafios e novas oportunidades de solução, no ambiente permanente e incessante de incerteza, associados a novos modelos de negócio e de organização, novas formas de relacionar e comunicar, novas lógicas de parcerias estratégicas.

Como disse no ano passado, gerimos no âmbito de uma “Sociedade em reorganização, uma reorganização imposta por uma Economia Digital, com uma cada vez maior preocupação de valores sociais associados à saúde, à segurança, à inclusão, ao bem-estar e à felicidade dos cidadãos, dos cidadãos trabalhadores e das suas famílias, a par da eficácia e da eficiência empresarial, enfim, da Eficiência e Eficácia Coletiva”.

Tal como pressupõe um verdadeiro contexto da Sustentabilidade, este Relatório foi elaborado por um número alargado de colaboradores, das diversas áreas envolvidas. A todos relevo esse trabalho coletivo, o mais fecundo de todos – na Holding e em todas as participadas –, não olvidando os que foram protagonistas reais das iniciativas referidas neste Relatório.

Manteremos este rumo da ‘continuidade evolutiva’, nada desperdiçando do passado, inovando e acrescentando para o futuro, “hoje sempre melhor que ontem”!

Jaime Andrez





## II. BASE PARA A PREPARAÇÃO DO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

A PARPÚBLICA, Participações Públicas (SGPS), S.A. (PARPÚBLICA) elabora o presente Relatório de Sustentabilidade no estrito cumprimento das obrigações decorrentes do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2014/95/UE, de 22 de outubro, no que se refere à divulgação de informação não financeira e de informações sobre a diversidade, das várias atividades das empresas que compõem o Grupo PARPÚBLICA. Este relatório visa assim dar cumprimento ao artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, contendo o mesmo as informações consideradas necessárias para compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das atividades do Grupo PARPÚBLICA, referentes às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno.

Este documento tem, porém, o propósito de servir não apenas como um elemento obrigatório para o cumprimento de obrigações legais, mas principalmente como uma demonstração efetiva do compromisso da PARPÚBLICA, enquanto holding, em prosseguir uma atividade sustentável e em transmitir os seus valores a todas as suas participadas.

A PARPÚBLICA entende que a divulgação de informações não financeiras, nomeadamente as de domínio social, ambiental, de governo corporativo e societário, evidencia a sua responsabilidade social, a qual é crucial para a avaliação do seu desempenho e impacto na sociedade. Por outro lado, esta prática permite a identificação de riscos de sustentabilidade, fortalecendo assim a confiança de todos os *stakeholders* na PARPÚBLICA.

Através deste relatório de sustentabilidade, a PARPÚBLICA tem como foco centralizar e direcionar as melhores práticas do grupo para as diversas áreas relacionadas com a sustentabilidade, sistematizando e relatando as principais ações e indicadores adotados tanto pela própria empresa como pelas suas participadas. Este documento apresenta também o desempenho alcançado no âmbito da sustentabilidade durante o período de janeiro a dezembro de 2022, assim como as preocupações da empresa com relação a essas questões.

A este propósito cumpre referir que algumas das empresas participadas da PARPÚBLICA já elaboram e apresentam o seu relatório de sustentabilidade, como acontece com a Águas de Portugal (AdP), a Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM), a Baía do Tejo (BdT), a Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores (SIMAB), a Companhia das Lezírias (CL) e a Florestgal (FLORESTGAL).

Para a PARPÚBLICA é essencial a promoção e manutenção da sustentabilidade do Grupo do ponto de vista socio-económico, mas também do ponto de vista ambiental. sendo esta a única forma de criar valor para o acionista e para todos os *stakeholders*. Tem sido desta forma que a PARPÚBLICA tem vindo, ao longo dos anos, a conduzir a sua atividade, de forma a garantir a rentabilidade do seu capital financeiro, sem com isto, descuidar o valor do capital humano, reconhecendo-o como o ativo mais valioso de uma organização atribuindo às pessoas a exclusiva responsabilidade na criação e na manutenção da cultura e dos valores da PARPÚBLICA.

A PARPÚBLICA está ciente dos desafios que todas as organizações têm de enfrentar relativamente à sustentabilidade e o facto de todos estes desafios serem equiparáveis, em termos de valor, torna a sua priorização num desafio ainda maior. Para a PARPÚBLICA é na interseção entre o meio ambiente, a sociedade e a economia que tem de ser alcançado o equilíbrio para que seja possível uma resposta eficaz às demandas internacionais e nacionais em termos de sustentabilidade. Referimo-nos, nomeadamente ao Acordo de Paris, aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, à vasta regulamentação emitida pela União Europeia no âmbito da sua estratégia de sustentabilidade, à Lei de Bases do Clima e ao Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050.

Da mesma forma, a PARPÚBLICA está igualmente consciente dos riscos atuais a que está exposta toda a atividade do grupo, dentro dos quais, merecem especial destaque os riscos climáticos. É indubitável que os riscos climáticos representam uma ameaça cada vez mais relevante para as organizações, podendo afetar significativamente a sua saúde financeira, bem como a sua reputação. Por conseguinte, para a gestão destes riscos é essencial uma abordagem estratégica em termos de grupo, a qual integra a avaliação de riscos e oportunidades, a definição de metas de redução de emissões e a implementação de medidas de adaptação e mitigação. Este processo implicará a criação de planos de contingência para lidar com eventos climáticos extremos, a implementação de medidas de eficiência energética e a diversificação da cadeia de fornecimento de forma a mitigar os riscos de interrupção. A PARPÚBLICA contará, obviamente, com a colaboração de todos os seus *stakeholders*, no caminho do aumento da resiliência climática.

Atualmente, é essencial compreender-se que as organizações que incluem os critérios ESG (Environmental Social Governance) nas suas estratégias de negócio tendem a ter um desempenho melhor a médio e longo prazo, reduzindo externalidades negativas, verificando-se um aumento do desempenho económico. Por conseguinte, no mercado atual, quem não adota práticas sustentáveis dificilmente será competitivo.

Neste sentido, no ano em análise, a Parpública assumiu um papel de acompanhamento minucioso da evolução da situação financeira das empresas participadas. Reforçaram-se os mecanismos de monitorização e análise das informações financeiras, demonstrando disponibilidade contínua para apoiar as empresas do Grupo a enfrentar possíveis dificuldades que possam surgir a qualquer momento. Além disso, a PARPÚBLICA tem-se dedicado ao desenvolvimento e estímulo das preocupações sociais e ambientais entre suas participadas. Procura-se, também, promover a proximidade e a criação de sinergias entre elas, especialmente nas áreas de atuação principais de cada empresa, seguindo as orientações estabelecidas na ODS 17 - Parcerias em prol das metas.

Neste sentido, a PARPÚBLICA tem vindo a promover, junto das suas participadas o estímulo por preocupações ambientais, sociais e de governance, assim como de sinergias entre estas, em particular nas áreas de atuação da atividade core de cada empresa, seguindo as orientações plasmadas na ODS 17 – Parcerias em prol das metas. Da mesma forma e, na prossecução do seu objetivo de preservação dos ativos confiados à sua gestão, a PARPÚBLICA continuou no ano de 2022 a assumir o seu papel de acompanhamento minucioso da evolução da situação financeira das sociedades suas participadas.



A formação dos seus colaboradores continuou a merecer lugar de destaque, tendo sido implementado em 2022, o qual terá continuidade no ano de 2023, um plano de formação que visa sensibilizar os colaboradores para questões essenciais como a proteção de dados pessoais, cibersegurança, prevenção da corrupção, entre outros.

Por fim e no que concerne à estrutura e apresentação do presente relatório, foi o mesmo elaborado tendo como referência as normas GRI - Global Reporting Initiative, não tendo sido sujeito a verificação externa.

A responsabilidade da elaboração do relatório é da PARPÚBLICA, podendo o mesmo ser consultado no seu sítio na internet, [www.parpública.pt](http://www.parpública.pt) havendo a possibilidade de serem solicitadas informações adicionais sobre o mesmo através do e-mail ([sustentabilidade@parpublica.pt](mailto:sustentabilidade@parpublica.pt)) ou ainda para a morada Rua de Santa Marta n° 55, 5 ° Piso, 1150-294 Lisboa.

### III. GRUPO PARPÚBLICA

A visão do Grupo PARPÚBLICA consiste na defesa dos ativos públicos que estão na sua esfera, promovendo a sua gestão eficiente e a sua adequada rentabilização, de acordo com as políticas e opções definidas pelo Estado, seu acionista único, e de acordo com os valores do rigor, da segurança e da transparência inerentes à situação da Sociedade, enquanto empresa de capitais 100% públicos, e em estrita observância do regime jurídico do sector empresarial do Estado.

A PARPÚBLICA tem como missão a maximização do encaixe financeiro para o Estado com a venda de ativos, a preservação, incremento e manutenção dos rácios financeiros em termos adequados à natureza e liquidez dos ativos em carteira, de modo a garantir a sua sustentabilidade, e a criação de valor das várias empresas que integram o universo PARPÚBLICA.

Neste âmbito, as participações totais e maioritárias da PARPÚBLICA, e que integram o seu perímetro de consolidação, estão organizadas em diferentes segmentos de negócio, que se procurarão detalhar de seguida.

## 1. Perfil do Grupo

A PARPÚBLICA, enquanto holding do Grupo PARPÚBLICA, detém as seguintes participações maioritárias por segmentos de negócio:

PARPÚBLICA					
Gestão do Ciclo Urbano da Água	Produção de Moedas e Publicações	Mercados Abastecedores	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Gestão e Promoção Imobiliária	Outros Segmentos de Negócio
<ul style="list-style-type: none"> <li>Águas de Portugal SGPS, SA (81%) (Consolidado)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>INCM, SA (100%)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>SIMAB, SA (100%) (Consolidado)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Companhia das Lezírias, SA (100%)</li> <li>Florestgal, SA (100%)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fundiestamo, SA (100%)</li> <li>Estamo, SA (100%)</li> <li>Consest, SA (100%)</li> <li>Baía do Tejo, SA (100%)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>CE - Circuito Estoril, SA (100%)</li> <li>SAGESECUR, SA (100%)</li> </ul>

Os ativos e passivos afetos à atividade da PARPÚBLICA, ao segmento da Gestão e Promoção Imobiliária e às atividades prosseguidas pelas empresas do Grupo Águas de Portugal (Grupo AdP), representam a quase totalidade dos valores destes agregados consolidados.

Para além dos segmentos de negócio descritos anteriormente, e já fora do seu perímetro de consolidação, o Grupo PARPÚBLICA detém participações financeiras nas seguintes empresas:

EFACEC (71,73%)	CVP - SGH, SA (45%)	INAPA, SA (44,89%)	GALP Energia, SA (7,61%)
MGICapital, SGPS, SA (5%)	IHRU, IP (4,77%)	LISNAVE - Estaleiros Navais (2,97%)	LISNAVE - Infraestruturas Navais (2,08%)
	TAP, SGPS, SA (1%)	UNITENIS, SA (0,02%)	

## 2. PARPÚBLICA (holding)

A PARPÚBLICA é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro, constituindo um instrumento empresarial do Estado para atuação nos seguintes domínios:

- Gestão de participações em empresas que se encontrem em processo de privatização ou sejam privatizáveis a prazo;
- Desenvolvimento dos processos de privatização, no quadro determinado pelo Governo;
- Reestruturação ou liquidação de empresas da sua carteira ou da carteira do Estado se para tal for solicitada pelo Ministério das Finanças;
- Acompanhamento de participações em empresas privatizadas que conferem direitos especiais ao Estado;
- Gestão de património imobiliário público excedentário, através de empresas subsidiárias de objeto especializado;
- Apoio ao exercício do Ministério das Finanças na tutela acionista financeira sobre empresas do Estado e empresas concessionárias de serviços de interesse económico geral;
- Desenvolvimento de funções especiais de apoio técnico ao Ministério das Finanças;
- A prestação de serviços de consultoria de natureza intelectual, a empresas públicas do setor empresarial do Estado, bem como a aquisição destes serviços em nome, por conta ou em benefício de tais empresas;
- A instituição e gestão de plataformas de cooperação e de partilha de conhecimento em rede entre as empresas públicas do setor empresarial do Estado.

## 3. Gestão do Ciclo Urbano da Água

A AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP) é uma sociedade gestora de participações sociais que, através das suas participadas, tem por missão conceber, construir, explorar e gerir sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

O Grupo AdP constitui-se, assim, como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e proteção dos valores ambientais.

A sua principal atividade é a gestão integrada do ciclo urbano da água, compreendendo todas as suas fases, desde a captação, o tratamento e a distribuição de água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização.

#### 4. Produção de Moedas e Publicações

A Imprensa Nacional – Casa da Moeda, S.A. (INCM) tem a seu cargo a produção de bens e serviços fundamentais ao funcionamento do Estado, como a cunhagem de moeda metálica, a emissão de documentos de segurança (tais como, o passaporte eletrónico português, o cartão de cidadão, a carta de condução, o título de residência para estrangeiros, o cartão tacógrafo digital, a cédula do advogado, o cartão de identificação de entidades fiscalizadoras e um lote diversificado de outros cartões, como o cartão europeu de seguro na doença), o ensaio e marcação de peças de metais preciosos, a edição de obras fundamentais da cultura portuguesa e universal e de publicações oficiais, com destaque para o Diário da República. Ao longo do tempo, e com a alteração do contexto de mercado de vários destes serviços, a INCM tem vindo a apostar nos sistemas de segurança e na diversificação das áreas de negócio, com especial enfoque na inovação.

#### 5. Mercados Abastecedores

A SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A. (SIMAB) tem como objeto a promoção, construção, instalação, exploração e gestão, direta ou indiretamente, de mercados destinados ao comércio por grosso de produtos alimentares e não alimentares e atividades complementares.

Neste âmbito, atua diretamente ao nível da cadeia de distribuição agroalimentar, em 4 mercados abastecedores e, de forma pontual em mercados municipais (2021: mercado municipal de Beja).

A SIMAB detém participações maioritárias nos seguintes mercados abastecedores, sendo que a restante participação é detida pelas Autarquias locais das respetivas áreas de influência e, no caso do MARL, adicionalmente, pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.



## 6. Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal

Neste segmento de negócio a holding detém participações nas Sociedades Companhia das Lezírias, S.A. (CL) e Florestgal – Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, S.A. (FLORESTGAL).

A CL desenvolve a sua atividade essencialmente no setor primário, promovendo diversas culturas agrícolas (com destaque para o arroz, o milho, o azeite e o vinho), assegurando a exploração florestal (exploração de cortiça) e ainda a criação de animais (equinos e bovinos).

Nos últimos anos a empresa intensificou o desenvolvimento de outras atividades relacionadas com a exploração dos seus ativos, tais como a atividade cinegética e o turismo rural.

A FLORESTGAL, primeira empresa pública de gestão e desenvolvimento florestal a ser criada em Portugal, presente em 26 conselhos, de norte a sul do país, com 86 propriedades, num total de cerca de 13 mil hectares resultou da reestruturação da empresa Lazer e Floresta, S.A., levada a cabo no desenvolvimento das orientações constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2018, tendo a sua sede social sido estabelecida em Figueiró dos Vinhos.

Esta reestruturação consistiu não só na alteração da denominação e sede social como também na reconfiguração do balanço e na atribuição de uma nova missão, decorrente do seu novo objeto social, já alterado posteriormente, de forma a adequar a sua atividade efetiva aos objetivos de política florestal a prosseguir, passando de uma atividade essencialmente imobiliária para uma atividade centrada no desenvolvimento das políticas públicas de promoção do desenvolvimento florestal e, nesse contexto, de valorização do interior do País.

## 7. Gestão e Promoção Imobiliária

Os negócios imobiliários do Grupo PARPÚBLICA são desenvolvidos através das sociedades Estamo – Participações Imobiliárias, S.A. (ESTAMO), CONSEST – Promoção Imobiliária, S.A. (CONSEST), Baía do Tejo, S.A. (BdT) e Fundiestamo – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (FUNDIESTAMO), todas integralmente detidas pela PARPÚBLICA.

ESTAMO	FUNDIESTAMO	CONSEST	BAÍA DO TEJO
Gestão de ativos imobiliários não estratégicos adquiridos ao Estado ou a outras entidades públicas, arrendando-os ou alienando-os em condições concorrenciais de mercado, em regra na sequência de processos de reconversão e de potenciação do respetivo valor.	Gestão, em representação dos participantes, de fundos de investimento imobiliário abertos, fechados ou mistos, tendo sob sua gestão três fundos de investimentos: o Fundo Fundiestamo I, o Fundo Imopoupança e o Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE).	Promoção do desenvolvimento urbanístico de um terreno na Falagueira (Amadora).	Gestão de Parques Empresariais e requalificação ambiental e urbanística de territórios localizados nos concelhos do Barreiro, do Seixal, de Almada e de Estarreja.

Detalha-se no quadro seguinte o Ativo Total Líquido das Sociedades Imobiliárias, bem como, o valor dos ativos imobiliários da carteira sob gestão:

ESTAMO	FUNDIESTAMO	CONSEST	BAÍA DO TEJO
Ativo Líquido 1 006 M€ (2021: 974 M€)	Ativos Imobiliários sob Gestão 293 M€ (2021: 275 M€)	Ativo Líquido 38,8 M€ (2021: 38,1 M€)	Ativo Total Líquido 287 M€ (2021: 282 M€)
Ativos Imobiliários sob Gestão 863 M€ (2021: 852 M€)	dos quais: Fundistamo I: 158,4 M€ Imopoupança: 68 M€ FNRE: 34,5 M€*	Ativos Imobiliários sob Gestão 27,8M€ (2021: 27,2 M€)	Ativos sob Gestão 280 M€ (2021: 273 M€)

\* O FNRE apresenta 4 subfundos em atividade (ImoAveiro, ImoMadalena, ImoResidências e Cabeço da Bola).

## 8. Outros Segmentos de Negócio

### Circuito Estoril

A atividade do CE – Circuito Estoril, S.A. (CE) consiste na gestão e exploração da infraestrutura do autódromo do Estoril, nomeadamente através da realização de provas de competição nacionais e internacionais (automóveis e motociclismo), sendo igualmente palco de apresentações internacionais de grande dimensão de novos modelos e de realização de testes de competição, de veículos e de pneus.

Neste contexto, a gestão da CE tem como objetivo a manutenção da sua atividade comercial, a consolidação da sua situação económico-financeira, e o desenvolvimento de projetos complementares de desenvolvimento da infraestrutura, bem como de relacionamento com os principais *stakeholders* locais e regionais. Esta atividade é desenvolvida em articulação com os principais *players* do setor, procurando aplicar as melhores práticas de natureza ambiental, e desenvolvendo uma forte componente de política pública no desenvolvimento do setor, da região e em matéria formativa.

### Sage secur

A SAGESECUR – Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projetos, S.A. é uma empresa instrumental que desenvolve a sua atividade, determinada a mesma por questões de interesse público, relativamente aos quais o seu acionista considere oportuna e adequada a sua intervenção.

Neste contexto, importa destacar a atividade de gestão do contrato de concessão de transportes públicos de passageiros no eixo ferroviário norte\sul, de que é titular a FERTAGUS, cuja operação utiliza o material circulante propriedade da SAGESECUR.

Se a atividade ferroviária tem implicações imediatas e óbvias em matéria ambiental e de mobilidade, importa, ainda, destacar a relevância da atividade da sociedade em matéria de manutenção do material circulante do ponto de vista de eficiência, nomeadamente energética.

## IV. MODELO DE GOVERNO

O Grupo PARPÚBLICA adota naturalmente um modelo de governo baseado em princípios de Bom Governo, designadamente os definidos para as empresas do Sector Empresarial do Estado, com o objetivo de atingir a sustentabilidade das operações em todas as empresas do Grupo e assegurar a criação de valor para as mesmas e para todos os seus *stakeholders*.

Neste contexto, a PARPÚBLICA tem vindo a desenvolver um esforço significativo de implementação de ações que tenham uma natureza transversal, envolvendo todas as empresas do Grupo e potenciando o aproveitamento de sinergias.

Assim sendo, o governo do Grupo é efetuado através de uma base de competências e práticas de gestão profissionais, de qualidade e de cultura organizacional cujo objetivo final é a otimização de recursos em conjunto com práticas empresariais de referência em todos as vertentes, nomeadamente, a económica, a ambiental, a social e ética, para todos os intervenientes do Grupo.

Os membros dos órgãos sociais exercem as suas funções por períodos de três anos civis, renováveis, com um limite máximo de três renovações sucessivas, contando-se como completo o ano civil da eleição.

O Grupo PARPÚBLICA – devido à diversidade dos setores de atividade em que as suas participadas atuam, bem como, à variabilidade das suas dimensões e também de acordo com a legislação e regulamentação aplicável, assegurando sempre o disposto na secção II do Decreto – Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro – adota os seguintes modelos de Governo Societário:

MODELO DE GOVERNO SOCIETÁRIO	EMPRESAS GRUPO
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assembleia Geral</li> <li>• Conselho de Administração</li> <li>• Comissão Executiva</li> <li>• Comissão de Auditoria</li> <li>• Revisor Oficial de Contas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PARPÚBLICA</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assembleia Geral</li> <li>• Conselho de Administração</li> <li>• Comissão Executiva</li> <li>• Conselho Fiscal</li> <li>• Revisor Oficial de Contas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• AdP SGPS</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assembleia Geral</li> <li>• Conselho de Administração</li> <li>• Conselho Fiscal</li> <li>• Revisor Oficial de Contas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• INCM</li> <li>• FUNDIESTAMO</li> <li>• ESTAMO</li> <li>• COMPANHIA DAS LEZÍRIAS</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assembleia Geral</li> <li>• Conselho de Administração</li> <li>• Fiscal Único (sociedade ROC)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• BAÍA DO TEJO *</li> <li>• CIRCUITO ESTORIL</li> <li>• CONSEST</li> <li>• SAGESECUR</li> <li>• SIMAB</li> <li>• FLORESTGAL</li> </ul>

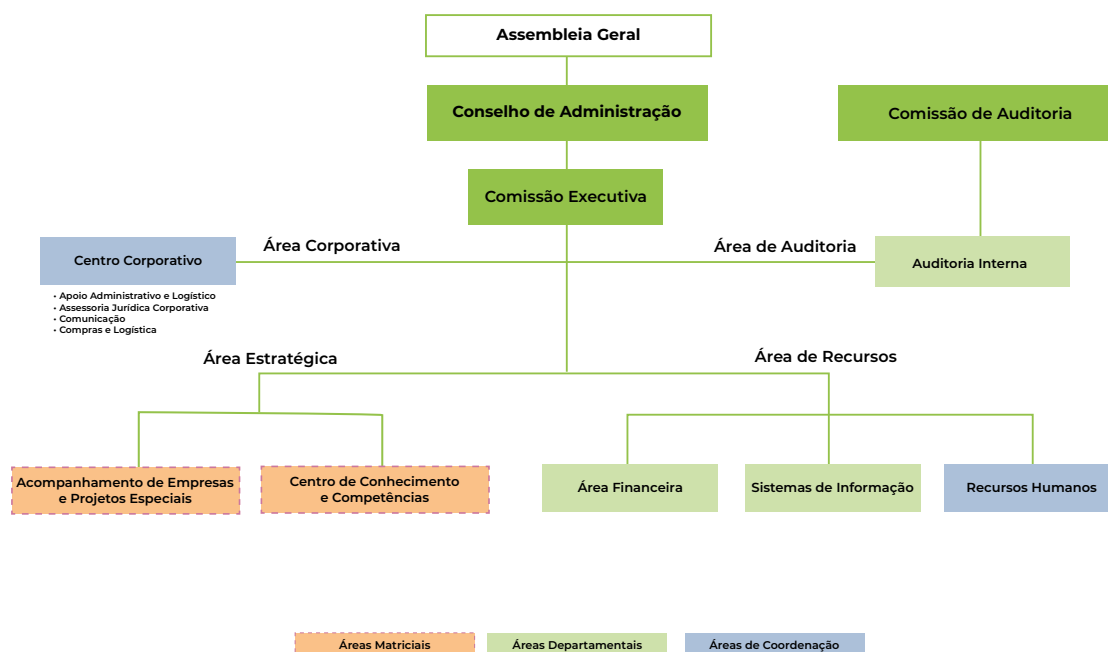
\*/ Sociedade apresenta também um auditor externo além do Fiscal Único, de acordo com o n.º 2 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 outubro.

No caso da holding, os Estatutos definem um modelo de governo de inspiração anglo-saxónica, isto é, o órgão de administração é o Conselho de Administração, que integra uma Comissão de Auditoria com função de fiscalização, a qual, juntamente com o Revisor Oficial de Contas, assegura a fiscalização da atividade da sociedade.

O presente modelo de organização foi concebido com o objetivo de dar resposta à atividade principal da PARPÚBLICA, o acompanhamento das suas participadas, e a prestação de apoio ao Ministério das Finanças no acompanhamento do Setor Público Empresarial, sempre com o objetivo de assegurar uma gestão proativa e eficiente dos recursos que lhe estão afetos na defesa do interesse público.

O modelo de governo societário adotado pela PARPÚBLICA tem várias virtualidades na medida em que, ao garantir a transparência, a responsabilidade da empresa e uma cultura de ética e de conformidade, reduz o risco de comportamentos inadequados ou ilegais. Por outro lado, o referido modelo de governo permite uma maior eficiência na gestão da sociedade e a manutenção do foco na criação de valor, apresentando-se como uma estrutura robusta e eficaz.

Em traços gerais, a estrutura orgânica compreende duas grandes áreas: uma que integra as unidades de suporte (serviços partilhados e corporativos) e outra que engloba as direções nucleares - Financeira, Jurídica, e de Assessoria Técnica e Acompanhamento das Empresas. O Centro de Conhecimento e Competências tem uma natureza inorgânica, funcionando matricialmente com base em equipas multidisciplinares, integradas por colaboradores afetos às diversas áreas operacionais, selecionados em função das especialidades técnicas requeridas em cada projeto.



Organograma em vigor a partir de março de 2023



## V. INSTRUMENTOS DE BOM GOVERNO

A atividade do Grupo PARPÚBLICA é pautada pelo reconhecimento de que um governo corporativo sólido é essencial para o sucesso e crescimento sustentável da organização, bem como para a criação de valor para todos os nossos *stakeholders*.

Neste sentido, os instrumentos de bom governo do Grupo são fundamentais para garantir a transparência, a responsabilidade e a ética em todas as suas práticas e decisões. Através de políticas e códigos de conduta claros, são estabelecidas diretrizes que promovem um ambiente de trabalho saudável, baseado na integridade e no respeito mútuo.

Da mesma forma, a PARPÚBLICA valoriza a transparência em todas as suas operações, fornecendo informações relevantes e precisas aos seus *stakeholders*, através da divulgação de informações financeiras, ambientais e sociais de forma clara e acessível.

A PARPÚBLICA conta com a sua comissão de auditoria para monitorizar e avaliar continuamente as suas atividades, garantindo o cumprimento de leis, regulamentos e políticas internas. A referida comissão tem a responsabilidade de identificar e mitigar riscos, bem como de garantir que as práticas da PARPÚBLICA estejam alinhadas com os mais altos padrões éticos e de governo.

Além disso, a PARPÚBLICA é dotada de uma estrutura de controlo interno robusta, com procedimentos e políticas claras, que garantem a eficiência e a eficácia de todas as operações realizadas. A segregação de funções, a revisão e aprovação de transações e a implementação de sistemas de gestão e monitorização são alguns exemplos da preocupação da PARPÚBLICA em assegurar a integridade e a qualidade de todos os processos.

Através destes instrumentos, a PARPÚBLICA visa manter uma cultura de governo sólida e promover a confiança da Sociedade. Este compromisso de bom governo não se limita apenas ao cumprimento da regulamentação aplicável, mas também ao estabelecimento de padrões éticos elevados e à busca contínua pela excelência em todas as áreas de atuação. É indubitável que a adoção de instrumentos de bom governo traz benefícios significativos para a empresa e para os seus *stakeholders*, na medida em que, para além de fortalecer a confiança de todas as partes interessadas, melhora a gestão de riscos, aumenta a eficiência operacional, atrai e retém talentos qualificados, garantindo assim a sustentabilidade e o crescimento a longo prazo. É através desta abordagem que a PARPÚBLICA pretende alcançar os seus objetivos estratégicos e criar valor de forma responsável e sustentável.

Neste sentido, no Grupo são seguidas as Boas Práticas de Governo Societário, designadamente as que se encontram definidas na secção II do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado, e demais legislação aplicável.

Em matéria de Boas Práticas de Governo Societário da Holding, merece referência o Código de Ética e Conduta, a Carta de Responsabilidade Social, a Política de Gestão de Riscos de Fraude e, bem assim, a elaboração do Relatório Anual de Ocorrências e de Risco de Ocorrências, como vem acontecendo desde 2018.

Neste âmbito, refere-se a realização em 2022 de várias ações de formação, as quais terão continuidade em 2023, e que visam a sensibilização de todos os colaboradores para questões fundamentais, como proteção de dados pessoais, cibersegurança, prevenção da corrupção, ética e conduta, conflitos de interesse, entre outros.

## VI. ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE DO GRUPO

A estratégia de Sustentabilidade do Grupo assume particular importância para a PARPÚBLICA, procurando sensibilizar as suas participadas para a necessidade de, por um lado, adotarem práticas que lhes permitam conhecer e medir os reais impactos da sua atividade em termos económicos, sociais e ambientais e, por outro, definir objetivos e ações concretas para minimizar os impactos negativos e potenciar os impactos positivos nos aspetos considerados materiais em cada uma das suas atividades, quer numa ótica de curto prazo, quer numa perspetiva de médio e longo prazo.

Dada a heterogeneidade de atividades das várias empresas participadas que compõem o Grupo PARPÚBLICA, é natural que os aspetos considerados materiais e os impactos mais relevantes em cada caso possam ser de natureza também ela bastante diversa.

Assim, sem prejuízo das estratégias de sustentabilidade individuais e específicas de cada uma das empresas e/ou sectores de atividade que compõem o Grupo PARPÚBLICA, respeitantes às suas atividades próprias, de uma forma genérica, o Grupo tem desenvolvido abordagens aplicáveis em diversas áreas, tendo como pressupostos base a sua sustentabilidade económico-financeira, o respeito pelos valores ambientais e pela responsabilidade social para com todos os seus *stakeholders* e, em particular, para com os seus colaboradores.

Como fica evidente nos seus Relatórios de Sustentabilidade próprios, em empresas como a Companhia das Lezírias, INCM ou o Grupo AdP, em face das atividades que desenvolvem, as preocupações com estas matérias estão bastante desenvolvidas e enraizadas nas suas estruturas internas há já bastante tempo.

Outras, têm vindo a aprofundar nos últimos anos as suas abordagens próprias, com resultados já evidenciados, muito embora possam ainda não apresentar um reporte tão exaustivo.

Nesta medida, a PARPÚBLICA procurou, por um lado, incentivar a prática deste reporte anual regular de sustentabilidade noutras suas participadas, cujos impactos se evidenciam bastante relevantes, o que veio já a ocorrer na prestação de contas dos últimos exercícios na Baía do Tejo, na Companhia das Lezírias, na SIMAB e, pelo primeiro ano, na Florestgal. Por outro, procurou, ela própria incentivar, e recolher o reporte dos principais indicadores considerados relevantes de todas as empresas participadas, de forma a robustecer e uniformizar a medição dos impactos e o reporte numa ótica de grupo, embora de uma forma adequada à diversidade de atividades anteriormente referida. Da mesma forma, procurou também que todas as suas participadas, mesmo as que ainda possam não fazer um exercício tão aprofundado nestas matérias, reportassem e enquadrassem as suas principais ações, desenvolvidas ao longo do exercício em referência, nas ODS que procuram desenvolver.

Tendo presente esta necessidade de aprofundamento da aplicação de uma estratégia para a sustentabilidade, a PARPÚBLICA, enquanto holding do Grupo PARPÚBLICA, após a adesão à Aliança ODS Portugal (organização que tem como missão incentivar a participação e contribuição do Setor Empresarial na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), em janeiro de 2019, continuou este trajeto com a adesão:

- Em 9 de dezembro de 2019, em conjunto com 25 empresas integrantes do Grupo PARPÚBLICA, no dia Internacional contra a Corrupção, diretamente e através da sua participada Águas de Portugal, ao *Call to Action* Anti-Corrupção – uma iniciativa das Nações Unidas, integrada nos seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, promovida pelo setor empresarial e da sociedade civil, com vista a sensibilizar os governos para o combate à Corrupção;
- Em 29 de janeiro de 2020, ao iGen – Fórum Organizações para a Igualdade, uma iniciativa da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), sendo mais um passo na assunção perante a sociedade do seu compromisso com os princípios da igualdade de género e da responsabilidade social, mas também um reconhecimento do caminho que tem vindo a percorrer;
- A 30 de Novembro de 2021, ao Pacto para a Conciliação, que, reconhece que a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar é condição de igualdade entre mulheres e homens, de bem-estar, de produtividade e de sustentabilidade demográfica, assim como, da promoção de condições efetivas de conciliação da vida profissional, pessoal e familiar que passa por uma mudança cultural e organizacional que exige convocar vontades em diferentes planos e assumir um compromisso coletivo prolongado, estabelecendo que, para tal, a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar deve ser assumida como critério de gestão das organizações;
- Ainda em 2021, inicia os trabalhos para a implementação e certificação de um sistema de gestão de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal de acordo com o normativo NP 45:52 2016.
- Já em 2022 aderiu ao UN Global Compact / Global Compact Network Portugal, no âmbito da participação nas iniciativas e nos programas promovidos e desenvolvidos, pela partilha de experiências e práticas com os restantes membros da Rede, pela demonstração de liderança em questões de Ética, Responsabilidade Social e Sustentabilidade.

Em síntese, olhando para a estratégia de sustentabilidade do Grupo PARPÚBLICA de forma agregada, salvaguardando as inevitáveis diferenças entre as empresas participadas e/ou entre os sectores de atividade onde elas operam, pode dizer-se que a mesma assenta na valorização:

- Dos Negócios;
- Dos Colaboradores;
- Da Sociedade;
- Do Ambiente.

Pretende-se que esta estratégia de desenvolvimento sustentável, muitas vezes plasmada nas orientações estratégicas a seguir pelas empresas, seja traduzida em ações concretas que permitam materializá-la.

Pretende-se, igualmente, que os Conselhos de Administração das várias empresas participadas incorporem nas respetivas estratégias globais de desenvolvimento do negócio uma estratégia de desenvolvimento sustentável, assumindo que uma e outra são indissociáveis.

## 1. Materialidade

As várias empresas do Grupo PARPÚBLICA procuram identificar e atuar sobre os tópicos que identificam como materiais em cada uma das áreas anteriormente referidas, considerando:

- as orientações estratégicas dos acionistas e da gestão;
- o seu respetivo enquadramento legal;
- as suas atividades próprias;
- os impactos e expectativas que provocam nos vários *stakeholders* com quem se relacionam;
- as melhores práticas existentes;
- o enquadramento das normas GRI;
- os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS).

Para a definição destes tópicos materiais, é essencial, para além dos restantes aspetos anteriormente focados, o envolvimento das várias partes interessadas.

Um maior desenvolvimento da abordagem das participadas sobre esta temática é plasmada nos seus Relatórios de Sustentabilidade Próprios.

## 2. Envolvimento das partes interessadas

O Grupo PARPÚBLICA, nas diversas áreas de negócio onde atua, considera essencial o envolvimento com os vários grupos de *stakeholders* com os quais interage e, por maioria de razão quando, em áreas muito relevantes da sua atividade, são prestados Serviços Públicos ou de Interesse Geral.

O envolvimento com estes vários *stakeholders* permite acolher contributos importantes para a prossecução da missão que está atribuída a cada uma das empresas do Grupo, pelo que, de uma forma geral, constata-se uma preocupação em envolver e informar com rigor e transparência todos os que direta ou indiretamente se relacionam com elas e acompanham as suas respetivas atividades.

A PARPÚBLICA pretende, igualmente, continuar a aprofundar, neste contexto, o relacionamento com as partes interessadas, tendo em conta a sua importância para a identificação dos tópicos materiais para um desenvolvimento sustentável em cada caso, bem como incentivar as suas participadas que ainda não o façam de uma forma explícita.

De acordo com a sua missão específica e respetiva atividade, e não fazendo uma alocação direta a cada uma, as empresas do universo PARPÚBLICA tomam contacto com uma vasta diversidade de *stakeholders*, a saber:

Acionistas	Empresas Participadas	Colaboradores	Clientes
Fornecedores	Entidades Reguladoras e Entidades Fiscalizadoras	Entidades Licenciadoras	Sindicatos
Comunicação Social	Bancos	Comunidade	ONG's
Ministério das Finanças	Entidades Estatísticas	Assessores Externos	Associações Sectoriais
Municípios	Entidades Públicas Internacionais	Universidades	Incubadoras

Especificamente, no que se refere à política de relacionamento com fornecedores, importa salientar que, genericamente, as empresas do Grupo PARPÚBLICA manifestam preocupação com os seguintes aspetos na contratação (em particular, aquelas em que o volume de contratação externa de fornecimentos para o seu processo produtivo é mais acentuado):

- Direitos Humanos na contratação e seguimento de investimentos significativos.
- Mecanismos implementados para envolvimento, avaliação de impacto e programas de desenvolvimento com as comunidades locais;
- Cuidado na seleção de novos fornecedores procurando usar critérios sociais.

Por outro lado, ainda relativamente às cadeias de fornecimentos das várias atividades do Grupo PARPÚBLICA, não foram identificados riscos relevantes em qualquer operação ou fornecedor relevante:

- Nos quais fosse identificado que pudessem ser colocados em risco os direitos de liberdade de associação e negociação coletiva;
- Nos quais fosse identificado o risco de recurso ao trabalho infantil; e
- Nos quais fosse identificado o risco de recurso ao trabalho forçado ou compulsório.

Em conclusão, as empresas do Grupo PARPÚBLICA, na medida das suas atribuições, esforçam-se por promover uma política de proximidade com os seus respetivos *stakeholders*, de acordo com a sua classificação nas dimensões de: Influência, Responsabilidade e Dependência. Tal permite uma abordagem direcionada e obter resultados mais vantajosos para as partes.

A comunicação no universo do Grupo com estas partes interessadas, quer internamente quer externamente, desenvolve-se, assim, através de múltiplos canais, diretos e indiretos, tendo sempre em consideração o cumprimento de objetivos de envolvimento e transparência, como apresentados de seguida:

Sítios da Internet	Relatórios e Contas	Relatórios de Sustentabilidade	Outros Documentos Institucionais
Canais de Comunicação Direta	Rede de Lojas	Outros Espaços Públicos de Carácter Cultural	Diversas Publicações
Comunicações de Informação de Interesse Público	Diversas formas de contacto com Clientes	Diversas formas de contacto com Fornecedores	Comunicação entre Empresas do Grupo
Diversas formas de contacto com Colaboradores	Avaliação de Desempenho	Colaboração com Sindicatos	Acordos de Empresa
Ações de Formação e Sensibilização	Guias Técnicos	Projetos com Entidades Externas	Visitas a Instalações Operacionais
Divulgação de Marcas	Redes Sociais	Participação em Conferências e outros Eventos	Imprensa

Quanto aos canais de comunicação e ao relacionamento entre a PARPÚBLICA e as suas empresas participadas, continua-se sempre a trabalhar no seu aprofundamento, de modo que se obtenham cada vez melhores resultados nomeadamente nos seguintes domínios:

- Partilha de informação relevante;
- Partilha e adoção das melhores práticas nos vários domínios;
- Harmonização de procedimentos nas áreas que se considerem convenientes, nomeadamente, no que se refere aos mecanismos de auditoria interna;
- Racionalização de estruturas numa ótica de incremento da eficiência (como são exemplo alguns serviços partilhados entre empresas do Grupo).



### 3. Valorização dos negócios

As empresas do Grupo PARPÚBLICA, tendo uma natureza pública, têm como objetivo central dar cumprimento às orientações e objetivos do seu acionista, previstos nas diversas estratégias setoriais.

Tais objetivos estratégicos são posteriormente plasmados nos planos anuais de atividade e orçamento das empresas, cuja elaboração e aprovação seguem procedimentos e orientações específicas, sendo a sua execução objeto de monitorização e controlo efetuados de forma regular, desde logo pela *holding*, mas também por outras entidades de supervisão e controlo do SEE, nos termos legais.

A estratégia adotada pela PARPÚBLICA tem visado o triplo objetivo de maximizar o valor dos ativos, preservar a manutenção dos rácios financeiros em termos adequados à natureza e liquidez dos ativos e potenciar a capacidade de criação de valor das várias empresas que integram o Grupo.

Assim, a PARPÚBLICA procura ativamente que todas as suas participadas consigam garantir a sua sustentabilidade económica e financeira mediante o desenvolvimento de estratégias que assegurem a criação de valor para o acionista e para a sociedade, nomeadamente, e sempre que possível, através:

- Do desenvolvimento sustentado e crescimento da atividade, quer por expansão dos mercados de atuação, quer através do alargamento da base de produtos e serviços;
- De uma orientação cada vez mais aprofundada para o Cliente e para todas as partes interessadas;
- Da prestação de forma exemplar de Serviços Públicos e de Interesse Geral;
- Da melhoria e racionalização da estrutura operacional e/ou processos produtivos, para aumentar a eficiência e rentabilidade do negócio;
- Da manutenção da capacidade para solver os compromissos assumidos, de forma tempestiva;
- Do investimento para modernização e revitalização dos ativos, de forma a torná-los mais eficientes e rentáveis;
- Da continuação da redução do endividamento e/ou melhoria das condições que lhe estão associadas;
- Da valorização das carteiras de Ativos Imobiliários sob gestão e do património fundiário;
- Do desenvolvimento de políticas de investigação e desenvolvimento (internamente e/ou com parceiros);
- Da mitigação dos riscos associados às diversas tipologias de atividade do Grupo.

Deve destacar-se que a prossecução destes objetivos respeita políticas exigentes de credibilidade, transparência e rigor dos modelos de gestão do Grupo e de cada empresa individualmente, bem como todas as políticas e normativos incluídos no Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado e restante legislação e regulamentação aplicáveis.

Dadas as especificidades da sua atividade, na sequência da entrada em vigor da norma europeia SEC 2010, a PARPÚBLICA passou a integrar, desde 1 de janeiro de 2015, o perímetro das contas públicas. Esta circunstância implicou um processo de adaptação da empresa, em termos humanos e técnicos, por forma a cumprir os novos procedimentos compatíveis com as regras e sistemas da contabilidade pública, que a empresa passou a ter de assegurar, em paralelo com os que são inerentes à vida de qualquer Sociedade, e que se mantêm vigentes.

De seguida, apresentam-se os principais indicadores económico financeiros do ano de 2022, da PARPÚBLICA e das suas participadas, na prossecução do seu objetivo de sustentabilidade económico financeira:



GRUPO PARPÚBLICA	8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO	9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS	17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS	
	Volume de Negócios 1.086 M€ (+10% face em 2021)	EBITDA 483M€ (+4,8% face em 2021)	Autonomia Financeira 55% (54% em 2021)	Divida Líquida 1.087 M€ (1.223 M€ em 2021)
	Volume de Negócios (incluindo dividendos) 60,3 M€ (-6% face em 2021)	EBITDA 29,51 M€ (-47,4% face em 2021)	Autonomia Financeira 94% (igual a 2021)	Divida Líquida -116,4 M€ (-135 M€ em 2021)
	Volume de Negócios 861 M€ (+9% face em 2021)	EBITDA 398 M€ (ajustado DRG) (+2,7% face em 2021)	Autonomia Financeira 29,5% (28,9% em 2021)	Divida Líquida 1.396 M€ (-9 % face a 2021)
	Volume de Negócios 118 M€ (+20% face em 2021)	EBITDA 35,1 M€ (+29% face em 2021)	Autonomia Financeira 62% (72% em 2021)	Divida Líquida -26,7 M€ (-21 M€ em 2021)
	Volume de Negócios 17,3 M€ (+0,8% face em 2021)	EBITDA 11,83 M€ (+0,43% face em 2021)	Autonomia Financeira 57,7% (52,4% em 2021)	Divida Líquida 25,97 M€ (33 M€ em 2021)
	Volume de Negócios (incluindo rendas) 7,42 M€ (-19% face em 2021)	EBITDA 3,75 M€ (-51% face em 2021)	Autonomia Financeira 81,8% (82,8% em 2021)	Divida Líquida -11,4 M€ (-10,3 M€ em 2021)
	Volume de Negócios 2,39 M€ (+528% face em 2021)	EBITDA -1,61 M€ (0,9 M€ em 2021)	Autonomia Financeira 91,8% (94,6% em 2021)	Divida Líquida -7,51M€ (-5,39 M€ em 2021)
	Volume de Negócios 2,56 M€ (+2,4% face em 2021)	EBITDA 0,65 M€ (+63% face em 2021)	Autonomia Financeira 83% (66% em 2021)	Divida Líquida -1,89M€ (-2,46 M€ em 2021)
	Volume de Negócios (inclui compensações) 62,3 M€ (+8,7% face em 2021)	EBITDA 57,1 M€ (+39% face em 2021)	Autonomia Financeira 97,6% (96,8% em 2021)	Divida Líquida -13,78 M€ (+6,98M€ em 2021)
	Volume de Negócios 0 M€ (igual a 2021)	EBITDA 0,58 M€ (-0,25 M€ em 2021)	Autonomia Financeira 70,3% (70,1% em 2021)	Divida Líquida 7,72 M€ (7,07 M€ em 2021)



	Volume de Negócios 9,32M€ (+4,2% face em 2021)	EBITDA 11,28 M€ (+43% face em 2021)	Autonomia Financeira 87,3% (85,7% em 2021)	Divida Líquida -0,81M€ (-1,8 M€ em 2021)
	Volume de Negócios 1,78 M€ (+101% face em 2021)	EBITDA 0,26 M€ (+136% face em 2021)	Autonomia Financeira 80% (85% em 2021)	Divida Líquida 1,22M€ (1,28 M€ em 2021)
	Volume de Negócios 7,1 M€ (igual a 2021)	EBITDA 8,18 M€ (-1% face em 2021)	Autonomia Financeira 50,2% (49% em 2021)	Divida Líquida 21,88 M€ (22,31 M€ em 2021)

OBS: Utilizadas contas para efeitos de consolidação no Grupo Parpública

Adicionalmente, o tema das alterações climáticas, que se têm vindo progressivamente a agravar, tem sido motivo de preocupação na esfera do Grupo PARPÚBLICA, desde logo pela visão do papel que as entidades públicas podem ter na prossecução de estratégias de minimização de impactos, de avaliação da pegada ecológica e de valorização do interesse público geral nos seus planos de atividade, mas também porque os seus impactos podem ter especial materialidade na rentabilidade de alguns dos seus setores de atividade onde as suas participadas operam. A título de exemplo, de realçar pelos riscos e desafios particulares que se colocam nas atividades do Grupo AdP, da Companhia das Lezírias ou da Florestgal.

#### 4. Valorização dos recursos humanos



Desde a aprovação da Agenda 2030, em 2015, o UN Global Compact incentiva as organizações a integrar nas suas estratégias os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

De acordo com a UN global Compact, a sustentabilidade numa organização começa nos seus valores e princípios

Princípios do UN Global Compact ligados à valorização dos recursos humanos:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- Declaração da Organização Internacional do trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho.

O ano de 2022 ficou marcado pelo surgimento da guerra na Europa, na sequência da invasão da Federação Rússia à Ucrânia, que levou a elevada incerteza no panorama geopolítico e uma perda de confiança dos agentes económicos. Como consequência a taxa de inflação atingiu um máximo histórico na zona euro que foi acompanhado de uma rápida subida das taxas de juro e da forte depreciação do euro face ao dólar.

As empresas do Grupo PARPÚBLICA procuram continuar a adotar as melhores práticas de gestão dos recursos humanos, de uma forma genérica, tem havido preocupação constante em assegurar o bem-estar, motivação e satisfação dos seus trabalhadores/as através dos salários, e benefícios praticados, do equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal e das oportunidades de carreira bem como, em adotar boas práticas ao nível da igualdade, através da implementação de medidas ajustadas ao contexto e à atividade de cada empresa, e em garantir a segurança e saúde no trabalho.

Por outro lado, também de uma forma genérica, as empresas do Grupo PARPÚBLICA adotam uma política de gestão dos seus recursos humanos orientada para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo e aumento da produtividade nas suas respetivas áreas de negócio.

## 1. Caracterização do Grupo



No final de 2022, no Grupo PARPÚBLICA

4 660 trabalhadores (33% Mulheres e 67% Homens),

65 Cargos de Gestão (45% Mulheres e 55% Homens)

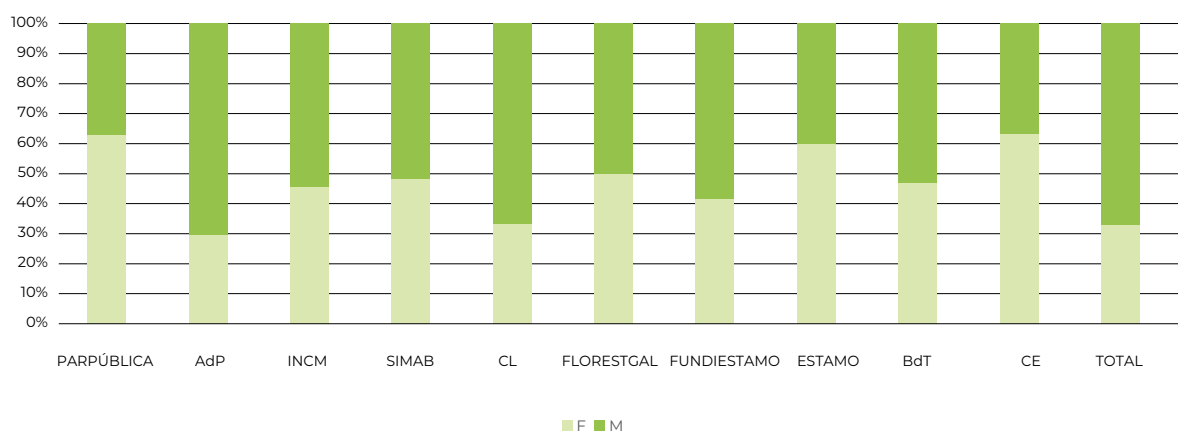
No final de 2021, no Grupo PARPÚBLICA

4 493 trabalhadores (33% Mulheres e 67% Homens),

69 Cargos de Gestão (39% Mulheres e 61% Homens)



No final de 2022, o Grupo PARPÚBLICA apresentava a seguinte distribuição por género e nas diversas empresas.



De seguida caracteriza-se o Grupo PARPÚBLICA de acordo com o tipo contrato de trabalho (permanente, com contrato a termo certo, estágios) e por género:

	Contrato de Trabalho								
	Permanente/ termo incerto		Com termo		Estagiários/Outros		TOTAL		TOTAL
	F	M	F	M	F	M	F	M	
<b>PARPÚBLICA</b>	22	13	0	0	0	0	22	13	<b>35</b>
<b>AdP</b>	1003	2249	17	17	62	313	1082	2579	<b>3661</b>
<b>INCM *</b>	329	389	2	4	5	11	336	404	<b>740</b>
<b>SIMAB</b>	25	27	0	0	0	0	25	27	<b>52</b>
<b>CL</b>	29	57	0	0	0	0	29	57	<b>86</b>
<b>FLORESTGAL</b>	3	3	0	0	0	0	3	3	<b>6</b>
<b>FUNDIESTAMO</b>	7	5	0	0	0	0	7	5	<b>12</b>
<b>ESTAMO</b>	6	4	0	0	0	0	6	4	<b>10</b>
<b>BdT</b>	29	33	0	0	0	0	29	33	<b>62</b>
<b>CE</b>	5	7	0	0	0	0	5	7	<b>12</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1458</b>	<b>2787</b>	<b>19</b>	<b>21</b>	<b>67</b>	<b>324</b>	<b>1544</b>	<b>3132</b>	<b>4676</b>

\* A INCM tem 16 estagiários que não considera nos mapas de pessoal

Varição, no Grupo PARPÚBLICA, face ao reportado em 2021, por género face ao tipo de contrato:

Contrato Permanente / Termo incerto + 100 Mulheres + 100 Homens	Contrato com Termo - 2 Mulheres - 14 Homens
---	---

- A INCM teve em média 48 postos de trabalho mensalmente em regime de trabalho temporário; existiam, também, prestadores de serviços de consultoria, segurança, limpeza e cantina.

No caso da AdP, da INCM e da BdT a totalidade dos trabalhadores/as estão abrangidos por acordos coletivos, celebrado pelas empresas e as organizações sindicais representativas, constituindo um instrumento importante de normalização das relações laborais, de desenvolvimento sustentável das empresas, e de valorização dos trabalhadores/as.

Na CL, apenas 28% dos trabalhadores/as estavam abrangidos por este tipo de acordos.

No seguinte quadro identificamos a relação entre a remuneração total anual do indivíduo mais bem-pago e a média das remunerações totais anuais de todos os trabalhadores/as (excluindo o mais bem pago):

PARPÚBLICA	AdP	INCM	SIMAB	CL	FLORESTGAL	FUNDIESTAMO	ESTAMO	BdT	CE
1,90	4,49	3,57	2,06	4,57	2,06	1,52	3,67	2,15	3,64

Ainda a destacar no Grupo PARPÚBLICA no ano de 2022 as entradas e saída de trabalhadores/as em percentagem, por género, nas várias empresas do Grupo:

ENTRADA DE COLABORADORES/ SAÍDA DE COLABORADORES %				
	%Entrada		%Saída	
	F	M	F	M
<b>PARPÚBLICA</b>	100%	0%	0%	0%
<b>AdP</b>	38%	62%	24%	76%
<b>INCM</b>	33,3%	66,7%	48,00%	52%
<b>SIMAB</b>	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%
<b>CL</b>	37,5%	62,5%	47,6%	52,4%
<b>FLORESTGAL</b>	67%	33,0%	50,0%	50,0%
<b>FUNDIESTAMO</b>	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
<b>ESTAMO</b>	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%
<b>BdT</b>	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%
<b>CE</b>	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%



Relativamente aos acidentes de trabalho algumas empresas do Grupo estão mais expostas por força da sua atividade e apresentaram os seguintes números:

- O Grupo Águas de Portugal registou 204 acidentes de trabalho comunicados à seguradora e destes 20 casos traduziram-se em incapacidades permanentes que variam entre 1% e 30%. Estes acidentes estão maioritariamente associados a quedas e má postura no desenvolvimento da atividade;
- A INCM registou 30 Acidentes de Trabalho com consequência grave, maioritariamente relacionados com a movimentação manual de cargas;
- A SIMAB registou 52 acidentes de trabalho na maioria dos casos relacionado com quedas durante a execução das tarefas.

## 2. Igualdade e diversidade



No Grupo PARPÚBLICA a temática de igualdade e diversidade nas empresas tem vindo a consagrar estes princípios nos seus valores através:

- Códigos de Ética e conduta;
- Planos de Igualdade de Género e
- Próprias Políticas de Recursos Humanos de cada uma das empresas

Para além de acolherem estes princípios nos seus normativos as empresas do Grupo PARPÚBLICA promovem ativamente práticas de atuação que procuram assegurar a não discriminação na gestão diária dos seus recursos humanos, bem como nos processos de recrutamento e seleção, internos ou externos, nos quais se procura que sejam efetuados com total transparência, garantindo igualdade de oportunidades independentemente do género, idade, raça, religião e/ou orientação sexual de cada um.

As políticas de recursos humanos das várias empresas têm presente o princípio da igualdade salarial entre homens e mulheres, procurando-se que este não constitua um fator discriminatório.

Neste âmbito, importa destacar algumas ações concretas desenvolvidas nas empresas do Grupo PARPÚBLICA nos últimos anos tendo em vista o aprofundamento do princípio de Igualdade de género:

### PARPÚBLICA (Holding)

- Em 2020 a PARPÚBLICA aderiu ao iGen – Fórum Organizações para a Igualdade, uma iniciativa da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), sendo mais um passo na assunção perante a sociedade do seu compromisso com os princípios da igualdade de género e da responsabilidade social, mas também um reconhecimento do caminho que tem vindo a percorrer.

Em 2022 a PARPÚBLICA assumiu uma participação mais ativa num dos grupos de trabalho daquele Fórum e participou ainda na publicação “Igualdade de Género nas Organizações – Do retorno do investimento às boas práticas”, partilhando as suas boas práticas, a par de um conjunto de organizações.

Em 2023 a PARPÚBLICA renovou a adesão ao iGen.

- A PARPÚBLICA tem um Plano para a igualdade, no qual é definindo uma política de promoção da igualdade de género e não discriminação adequada à natureza e à dimensão da empresa, bem como aos seus impactos previsíveis neste domínio, estabelecendo objetivos estratégicos, nomeadamente através de boas práticas laborais, apoio profissional e de desenvolvimento pessoal, equipamentos, serviços e benefícios, entre outros, garantindo o cumprimento, a monitorização e a revisão de objetivos, programas, indicadores e metas nas suas políticas e práticas; <http://www.parpública.pt/newsfiles/PlanoparaIguaidade2022.pdf>. Cumprindo o *Plano para a Igualdade* de 2022, foi programado um conjunto de iniciativas de modo a reforçar a promoção e sensibilização para o tema da Igualdade. É disso exemplo o canal interno de informação digital sobre as mais diversas matérias ligadas à Igualdade, nomeadamente a Parentalidade e também a temática da Conciliação. Foi também disponibilizado o acesso a vários módulos formativos relacionados com a Igualdade, em modo de e-learning.
- O Código de Ética e conduta que elenca os princípios de ética e as normas de conduta profissional, a observar pela PARPÚBLICA e respetivas Partes Intervenientes no exercício das suas funções, sem prejuízo de outras disposições regulamentares e legais aplicáveis, designadamente em matéria laboral, administrativa ou outra. Foi atualizado durante o ano de 2021 e, tiveram a sua divulgação e reflexo em 2022 e refletem o empenho da empresa na efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres. Pode ser consultado em: [http://www.parpública.pt/newsfiles/CodigodeEtica\\_2021\\_VFinal.pdf](http://www.parpública.pt/newsfiles/CodigodeEtica_2021_VFinal.pdf)

- A PARPÚBLICA aderiu ao Pacto para a Conciliação em 2021, que, reconhece que a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar é condição de igualdade entre mulheres e homens, de bem-estar, de produtividade e de sustentabilidade demográfica, assim como, da promoção de condições efetivas de conciliação da vida profissional, pessoal e familiar que passa por uma mudança cultural e organizacional que exige convocar vontades em diferentes planos e assumir um compromisso coletivo prolongado, estabelecendo que, para tal, a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar deve ser assumida como critério de gestão das organizações;
- Em 2022 e com o objetivo de contribuir para a melhoria do clima organizacional e das relações internas, foi dada continuidade a um conjunto de ações, informais que fomentaram o convívio entre a equipa e ao mesmo tempo serviram de ponto de contacto para veicular informação e reforçar o vínculo entre a empresa e os seus trabalhadores/as. Destaca-se o workshop “Sustentabilidade na cadeia de valor da Companhia das Lezírias”, realizada no dia 12 de outubro nos espaços desta participada, onde, para além de se ter aprofundado o conhecimento sobre a atividade desta Sociedade, se reforçou o espírito de equipa.

### Grupo AdP

O Grupo considera os seus recursos humanos como o principal fator diferenciador na prossecução da contínua excelência de serviços. Apostando em políticas e práticas de gestão de recursos humanos que promovem a aquisição das competências necessárias à concretização dos seus objetivos estratégicos e ao desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores/as. A melhoria contínua dos sistemas de gestão de higiene e segurança no trabalho e de responsabilidade social permitem uma gestão adequada dos riscos associados às atividades do Grupo AdP e à garantia das melhores práticas de trabalho.



Existem diversos benefícios complementares que traduzem a aposta em políticas sociais nas várias empresas do Grupo AdP e que contribuem para a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal de acordo com o Relatório de sustentabilidade publicado pelo grupo AdP para 2022.

O Grupo AdP está alinhado com as convenções internacionais sobre as relações sociais e condições de trabalho, adotadas na Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Privilegiando a mobilidade interna nos processos de recrutamento: O recrutamento interno é encarado como uma das ferramentas de desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores/as, possibilitando-lhes a exposição a novos contextos e desafios, que potenciam a aquisição de novas aprendizagens e competências.

A mobilidade interna de trabalhadores/as entre empresas do Grupo tem sido uma opção estratégica, contribuindo, por um lado, para a otimização da gestão de recursos humanos e, por outro, para a evolução profissional, partilha de experiências e/ou melhor equilíbrio da vida pessoal e profissional dos trabalhadores/as. O recrutamento interno de profissionais para alocar a projetos e/ou para suprir necessidades de *know-how* específico é um processo que acrescenta valor ao Grupo AdP e possibilita aos trabalhadores/as a exposição a novos contextos e desafios que potenciam a aquisição de novas aprendizagens e competências.

### INCM

A empresa tem um longo caminho nestas matérias e tem uma multiplicidade de benefícios nas diferentes esferas de ação (saúde, apoios sociais, família, formação, bem-estar, descontos, mobilidade profissional, comunidade), enquadrados em normas internas e no Regulamento dos Serviços Sociais.

Em 2022 obteve a revalidação na norma NP 4552 - Sistema de Gestão da Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal, compromisso assumido com a assinatura do Pacto de Conciliação. Esta atribuição confirma a INCM como uma empresa pioneira nesta matéria, sendo das primeiras em Portugal a se certificar neste referencial.

No relatório de sustentabilidade da INCM estão descritos todos os benefícios que os trabalhadores/as foram beneficiando ao longo do ano.







A INCM desenvolve as suas operações em Portugal, sendo por isso abrangida pelo cumprimento da legislação laboral portuguesa. Adicionalmente a INCM tem um Código de Ética e de Conduta, disponível na sua página oficial ([https://www.incm.pt/portal/incm\\_codetica.jsp](https://www.incm.pt/portal/incm_codetica.jsp)), que define os padrões éticos e deontológicos aceites e praticados pela empresa, e estes princípios são vertidos nas suas políticas e práticas internas. O canal de ética ([etica@incm.pt](mailto:etica@incm.pt)) é o meio de reporte para as situações de discriminação, bem como de todas as outras abrangidas no Código de Ética e de Conduta da INCM. O Comité de Ética é o órgão independente responsável por promover a aplicação e a evolução do Código de Ética e de Conduta e pela gestão de todas as questões reportadas. A INCM é também membro fundador do iGen - Fórum de Organizações para a Igualdade, com o qual renovou o seu compromisso, e participa nos grupos de trabalho da Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão, no âmbito da Carta da Diversidade, da qual é signatária.

A INCM está empenhada historicamente na defesa da igualdade de direitos e oportunidades, fundamentais para um desenvolvimento mais justo e equilibrado da sociedade, consagrando, entre outros, o princípio da igualdade de género e não discriminação nos seus Valores, Código de Ética e Política de Recursos Humanos.

As iniciativas prosseguidas encontram-se consagradas no Plano da Igualdade de Género da INCM e são acompanhadas pelo Comité de Igualdade de Género e estão desenvolvidas no seu relatório de sustentabilidade de 2022.

### Grupo SIMAB

Na SIMAB, para além do código de Ética que está disponível no site institucional, o grupo dispõe ainda de Plano para a Igualdade em demonstração do compromisso para com o tema da igualdade



de género e em cumprimento do artigo 7.º da Lei n.º 62/2017 de 1 de agosto e do Despacho Normativo n.º 18/2019 de 17 de junho, tendente a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da discriminação em função do género e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

### Companhia das Lezírias

Na CL, no que respeita a admissões e fixação da massa salarial existe uma efetiva igualdade de tratamento entre homens e mulheres, tendo sido aprovado em 2022 o Plano para a Igualdade, e tiveram lugar formações várias sobre a temática da Igualdade de Género.

Saliente-se ainda que, o setor agrícola apresenta historicamente uma grande predominância de mão-de-obra masculina, mas apesar de tal acontecer, está estabelecida na empresa uma política de meritocracia que assenta na qualidade e quantidade do trabalho desenvolvido, e não no género.

## Baía do Tejo

A Baía do Tejo dispõe de um Plano de Igualdade desde 2014, sendo inclusivamente uma das empresas fundadoras do iGen - Fórum organizações para a Igualdade: “O Nosso Compromisso”, criado em 2013.

O Plano que se encontra atualmente em vigor, aprovado em 2022, surge na sequência do primeiro e anterior Plano, acolhendo, em continuidade, as medidas cuja implementação consolidou e adotando novas medidas face ao enquadramento legal atual.

A Baía do Tejo tem participado ativamente no Fórum de Empresas para a Igualdade, sendo uma das 73 empresas representativas dos mais importantes setores da economia nacional que assinaram o Acordo de Adesão ao Fórum de Empresas para a Igualdade de Género (IGEN) promovido pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).

Assumindo a Igualdade de Género como um desígnio estratégico, a empresa incorporou na sua própria missão este compromisso e passou a adotar na sua vertente comunicacional quer interna quer externa uma linguagem inclusiva.

## Estamo

A ESTAMO tem em vigor um Plano de Igualdade de Género.

Dentro da temática da igualdade de Género, apresentam-se seguidamente alguns indicadores, referentes às empresas do Grupo PARPÚBLICA,

Rácio da retribuição Mulher/Homem na Administração e nos Trabalhadores/as.

	ADMINISTRAÇÃO	TRABALHADORES
	F/M	F/M
PARPÚBLICA	69,0%	64,0%
AdP	98,0%	133,0%
INCM	89% *	**
SIMAB	89,0%	118,0%
CL	80,0%	79,0%
FLORESTGAL	*	87,0%
FUNDIESTAMO	89,0%	72,0%
ESTAMO	90,0%	73,0%
BdT	80,0%	82,0%
CE	***	172%

\*) A Remuneração dos Órgãos de Governação encontram-se legalmente estabelecidas e são atribuídas independentemente do género.

\*\*) A Remuneração base é estabelecida no Acordo empresa e não existe nenhuma distinção de género.

\*\*\*) o CA não oferece qualquer remuneração.

Indicamos a percentagem por género dos trabalhadores/as que tiram licença de maternidade/paternidade.

	PARPÚBLICA	AdP	INCM	SIMAB	CL	FLORESTGAL	BdT	FUNDIESTAMO	ESTAMO	CE
<b>F</b>	0	3%	3%	0%	0%	0%	7%	0%	0%	0%
<b>M</b>	7,7%	2%	2%	0%	0%	0%	3%	14%	0%	0%

Após o término da licença de maternidade/paternidade, 100% dos trabalhadores do Grupo PARPÚBLICA retomaram ao trabalho.

As empresas do Grupo PARPÚBLICA estão de acordo com o Regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração das entidades do setor público empresarial, que estabelece na alínea 1 do Artigo 4 “*proporção de pessoas de cada sexo designadas para cada órgão de administração e de fiscalização de cada empresa não pode ser inferior a 33,3 %, a partir de 1 de janeiro de 2018*”.

Seguidamente apresentamos a percentagem de membros no Conselho de Administração do género feminino:

PARPÚBLICA	AdP	INCM	SIMAB	CL	FLORESTGAL	FUNDIESTAMO	ESTAMO	BdT	CE
33%	39%	50%	33%	67%	100%	67%	25%	33%	33%

### Outros Instrumentos de Igualdade Entre Mulheres e Homens

A **PARPÚBLICA**, considera a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar como uma condição fundamental para que trabalhadores/as se sintam dedicados/as, empenhados/as e dispostos/as a levar a cabo a sua missão e os objetivos. Consciente da importância deste princípio, a Empresa começou a desenvolver em 2022 um Sistema de Gestão da Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal.

O Sistema de Gestão da Conciliação tem como objetivo promover a melhoria da qualidade de vida dos/as trabalhadores/as, permitindo sistematizar, validar e reconhecer procedimentos e práticas adotados neste domínio que favoreçam um maior equilíbrio entre as responsabilidades profissionais, o tempo em família e as atividades pessoais. A implementação do Sistema de Gestão da Conciliação concretiza-se com um processo de certificação na norma portuguesa NP 4552:2016 Sistema de Gestão da Conciliação entre a Vida profissional, familiar e pessoal.

A integração da conciliação ao nível dos recursos humanos e no modelo de gestão da Empresa favorecerá a introdução e otimizações ao nível da gestão de pessoas, que se confia que se traduzam em melhorias nos níveis de satisfação, envolvimento e motivação dos/as trabalhadores/as, de forma extensiva aos seus agregados familiares, assim como nos níveis de produtividade e, consequentemente, na qualidade de serviço nas diferentes equipas.

A concretização deste projeto está a ser assegurada internamente por um Grupo de Trabalho transversal de forma a contemplar uma visão integrada e inclusiva do contexto e complexidade da atividade da Empresa, sendo este Grupo de Trabalho apoiado por uma Empresa externa.

Medidas de Conciliação apresentadas nos seguintes domínios:

1. Medidas no domínio das Boas práticas laborais
2. Medidas no domínio do apoio profissional e desenvolvimento pessoal
3. Serviços e Benefícios

No domínio das Boas Práticas Laborais alguns exemplos:

- Seguro de acidentes pessoais;
- Seguro de saúde para os/as trabalhadores/as e agregados familiares;
- Trabalho híbrido;
- Flexibilidade no horário de trabalho;
- Manual de procedimentos;
- Comemorações e Partilha de Informação em Equipa.

No domínio do Apoio Profissional e Desenvolvimento Pessoal alguns exemplos:

- Plano de formação;
- Participação de formação avançada;
- Biblioteca

No domínio dos Serviços e Benefícios alguns exemplos:

- Instrumentos de facilitação da comunicação e do Trabalho;
- Apoio à Parentalidade;
- Cartão refeição;
- Cartão Galp Frota;
- Participação de Combustível e Portagens;
- Lugares de estacionamento nas instalações;
- Cabaz de Reconhecimento;
- Medidas de Conforto, como disponibilização de fruta, águas e café e espaços para refeições totalmente equipadas;
- Voluntariado

### 3. Formação e avaliação



#### Formação

O Grupo PARPÚBLICA têm vindo a promover inúmeras ações no âmbito da formação dos seus colaboradores/as, seja internamente ou externamente

A pandemia de Covid 19 veio alterar, em muitos casos, a forma como é feita a formação nas empresas do Grupo recorrendo muitas vezes a meios telemáticos para efetuar formações programadas. Os planos de formação estão inevitavelmente ligados às necessidades de cada uma das empresas e seus trabalhadores/as, decorrentes das suas atividades próprias, havendo, contudo, alguns temas transversais abordados por algumas das empresas do Grupo, como sejam ações de formação nas áreas de Segurança e Higiene no Trabalho, planos de prevenção e emergência, entre outros, de que se destacam as temáticas relacionadas com a gestão financeira, análise de investimentos, e, naturalmente as temáticas da sustentabilidade.

Apresentam-se nos quadros seguintes as Horas de formação médias por género nas várias empresas do Grupo:

	PARPÚBLICA	AdP	INCM	SIMAB	CL	FLORESTGAL	FUNDIESTAMO	ESTAMO	BdT	CE
F	15	29	37	43	5	125	9	15	4	0
M	10	21	43	29	17	72	5	20	11	0

Em 2022 foram dinamizadas na PARPÚBLICA várias ações de formação, com temas relevantes e transversais, exemplo disso foram os cursos nas temáticas: “Finanças Forenses”, “Proteção de Dados” ou “Cibersegurança”.

Destaca-se ainda, no âmbito do plano de formação em vigor, o apoio à frequência de pós-graduações para 2 colaboradores da empresa.

A AdP corporiza a cultura de melhoria contínua e, como Grupo entende que é fundamental dotar os Recursos Humanos com as competências necessárias, que lhes permitam realizar todo o seu potencial, contribuindo assim para o seu sucesso. Desta forma, a formação dos colaboradores/as é uma aposta forte da política de gestão de Recursos Humanos.

Os processos de planeamento, gestão e avaliação da formação, visam dar resposta às necessidades formativas e garantir a qualidade, eficácia e adequação das mesmas. São igualmente dinamizadas ações de formação de cariz transversal e estratégico, com vista a promover o desenvolvimento organizacional, assim como o reforço e consolidação de valores de partilha e de trabalho e desenvolvimento alinhado e conjunto.

Na INCM a aquisição de competências, nomeadamente pela aquisição de conhecimentos técnicos, a par da promoção das competências comportamentais, com recurso a formação técnica e especializada ou mediante qualificação académica, é um dos pilares enraizados na cultura organizacional da empresa reconhecido, por todos e todas, como fundamental para a progressiva adaptação e evolução profissional das pessoas principalmente no que respeita à superação dos desafios que têm sido impostos nos últimos anos. A empresa procura fazer um investimento em formação de qualidade que implique um retorno expressivo, sendo necessário, para tal, um compromisso de todos na procura da excelência, também em formação e qualificação. O ano 2022 fica, assim, marcado também pela retoma da normalidade, com a realização de mais de 29 mil horas de formação resultantes na quase totalidade de formação em sala, ainda que com possibilidade de transmissão remota.

Dos projetos formativos, enquadrados nos 4 programas da INCM destaca-se a realização nos programas de liderança, alguns dos quais aliados ao contexto de Teambuilding, do programa de Mentoring - «Mais Orientação». Nos programas transversais observa-se uma forte aposta no domínio comportamental nas áreas da Ética, Sustentabilidade, Igualdade e Inclusão. Por sua vez, no que respeita à formação específica, nomeadamente especializada e técnica, esta assume uma relevância cada vez maior, uma vez que permite capacitar as pessoas para uma resposta mais eficiente aos desafios colocados à INCM, sendo de destacar em 2022, o programa CyberGym. A qualificação académica, iniciada em 2021 com INCM Qualifica, destinado a apoiar os trabalhadores/as a completar o ensino secundário, continuou também a fazer parte da aposta formativa deste ano.

Em termos financeiros importa referir que, no ano de 2022, registou-se um acréscimo significativo em formação e qualificação que reflete as apostas estratégicas descritas anteriormente em formação e qualificação de qualidade e num alargado leque de competências. Grande parte do acréscimo é justificado pelo projeto formativo especializado CyberGym, que justificou um investimento significativo de cerca de 48% da totalidade do orçamento do plano de formação. Contudo, houve também um investimento superior ao registado nos anos anteriores nos outros programas formativos.

A INCM e a Universidade Nova de Lisboa estabeleceram um protocolo que visa um conjunto de ações de colaboração científico/tecnológicas, designadamente, na área da formação e da criação de uma rede de intercâmbio recíproco e contínuo de conhecimento e de especialistas. O protocolo contempla, ainda a realização de seminários intensivos, a organização conjunta de fóruns e workshops e a criação de residências científicas, bem como a identificação e a concretização de projetos de desenvolvimento conjunto de I&I.

Para a SIMAB uma das prioridades de atuação da empresa é o de assegurar a valorização dos recursos humanos, e desenvolver estratégias que permitam reforçar uma cultura organizacional alinhada com a identidade institucional da empresa e uma atuação, de todos trabalhadores/as, centrada na melhoria contínua dos seus processos de trabalho e na incorporação das melhores práticas.

A Baía do Tejo tem vindo a intensificar nos últimos anos a oportunidade de valorização dos seus recursos humanos através de ações de formação contínua, especificamente dirigidas às áreas funcionais a que se encontram adstritos.

A CL disponibiliza estágios profissionais nos diversos setores da empresa, nomeadamente em áreas de trabalho necessárias e específicas da região (tiragem da cortiça, trabalho com maquinaria agrícola, agroturismo, enoturismo, birdwaching).

### **Avaliação de Desempenho**

Relativamente à evolução nas carreiras, e apesar das restrições que ainda permanecem a este respeito, há a destacar a existência, em algumas empresas do Grupo, de modelos de progressão e avaliação de desempenho. Noutras ainda estão em fase de desenvolvimento.

Na PARPÚBLICA começou a ser desenvolvido em 2018 um modelo de organização de carreiras e de avaliação de desempenho, sendo que existe já um sistema de avaliação de desempenho em aplicação que se iniciou em 2020 e, é efetuado regularmente de forma anual a todos os colaboradores da holding, estando em estudo a elaboração de um Plano de Carreiras e Estrutura Remuneratória a concluir em 2023.

Existe no Grupo AdP um modelo de avaliação de desempenho que tem como objetivo gerir e desenvolver os contributos individuais, por forma a garantir o alinhamento dos desempenhos com a estratégia e os objetivos da empresa e potenciar a melhoria contínua. Este Sistema de Avaliação de Desempenho prevê que a avaliação não seja um ato isolado, mas antes, parte de um processo permanente e contínuo, que integra o alinhamento de expectativas, a definição de metas e objetivos claros a atingir, a identificação de oportunidades de melhoria e principalmente, o desenvolvimento dos trabalhadores/as

A AdP, no decorrer de 2022 avaliou a totalidade dos trabalhadores/as e iniciou um trabalho de reflexão e revisão profundo sobre o atual sistema, tendo já sido definido um novo modelo de continuidade.

No âmbito da gestão do desempenho da INCM, considerado por esta sociedade como essencial para a promoção de uma cultura de meritocracia e desenvolvimento profissional, o Sistema de Gestão de Desempenho da INCM visa o reconhecimento da contribuição de cada um para os resultados da empresa, num processo de desdobramento dos objetivos estratégicos, passando pelos das unidades orgânicas e culminando na contratualização, em cascata, dos objetivos de equipa e individuais de todas as pessoas.

No Grupo SIMAB está projetada a implementação de um Plano de Carreiras, o qual está ainda na sua fase inicial.

A BdT está a implementar a avaliação de desempenho e desenvolvimento de carreiras.

Desde 2019 que a CE tem implementado um sistema de avaliação de desempenho dos funcionários.

A CL pretende implementar um sistema de gestão e avaliação do desempenho em 2023.

## 5. Valorização da sociedade



As empresas do Grupo PARPÚBLICA desenvolvem a sua atividade em múltiplas áreas de atividade com impactos significativos na comunidade, procurando, na medida do possível, ter um papel ativo no envolvimento com a mesma.

Acrece que, muitas destas empresas se encontram integradas na sociedade onde operam, mantendo uma relação de grande proximidade e de parceria com as comunidades locais.

A consciência de que a criação de valor para todos os *stakeholders* é garantia de subsistência e sustentabilidade no médio e longo prazo apresenta-se enraizada no Grupo.

O Grupo procura partilhar ativamente com a comunidade envolvente os princípios de sustentabilidade em que assentam as políticas das várias empresas, e que sustentam as suas estratégias, seja através da qualidade e eficiência dos serviços prestados, seja através de outras iniciativas de carácter social, ao nível da sensibilização, formação, ou mesmo projetos de intervenção cultural, voluntariado e inclusão.

Para além das ações promovidas internamente pelas empresas do Grupo neste âmbito, há igualmente outras que são levadas a cabo através de parcerias com municípios, freguesias, associações ou outras entidades, algumas das quais com forte impacto a nível nacional, como são exemplo as campanhas ligadas ao consumo de água, ou as iniciativas para promoção da produção nacional.



Ao nível cultural, há a destacar a intervenção através da gestão e manutenção de espaços especificamente dedicados a esse efeito, como sejam Museus, Arquivos e Bibliotecas, sendo exemplo disso atividades desenvolvidas pela AdP, pela INCM ou pela BdT.

Na vertente dos serviços prestados, que em alguns casos constituem serviços públicos essenciais de interesse geral e gestão de recursos naturais, há uma preocupação constante com a necessidade de obtenção de níveis de excelência. Aliás, devem destacar-se as categorias de produto e serviços, nomeadamente na área do abastecimento de água, para os quais os impactos na saúde e segurança são avaliados tendo em consideração a melhoria dos mesmos. Também a atividade da INCM relacionada com as edições com o objetivo de promover a língua e cultura portuguesas, ou da Companhia das Lezírias, através da Coudelaria de Alter, na preservação do património genético animal da raça lusitana.

A mesma preocupação é verificada relativamente à procura, junto da cadeia de fornecimento, de fornecedores que considerem compromissos assumidos no Pacto Global das Nações Unidas. Veja-se o exemplo do Grupo AdP em que os novos fornecedores são selecionados considerando critérios de boas práticas laborais e usando critérios de direitos humanos.

De qualquer modo, as empresas desenvolvem sistemas de avaliação e monitorização de riscos aplicáveis às suas operações e, nos casos relevantes, às respetivas cadeias de fornecimento, para além dos Códigos de Ética e de Conduta aos quais aderiram, como explicado em capítulos anteriores.

Destacamos de seguida as seguintes atividades de Serviços Públicos e de Interesse Geral prestados pelo Grupo PARPÚBLICA.

## **PARPÚBLICA**

A interação direta da PARPÚBLICA na sociedade é reduzida, devido a não possuir nenhuma prestação de serviço público ou de interesse geral. Contudo existe uma sensibilidade geral para o tema e para as diversas necessidades e fragilidades sociais que existem, agravadas pela pandemia, guerra e catástrofes naturais. Desta forma, têm vindo a ser desenvolvidas ações de divulgação interna para apoio a instituições próximas das instalações da empresa e outras de sensibilização sobre projetos de solidariedade e consciencialização ligados à saúde.

Algumas ações de sensibilização social:

- *Outubro Rosa*, iniciativa da Liga Portuguesa Contra o Cancro de promoção, divulgação, consciencialização e a importância de um diagnóstico precoce do cancro de mama;
- *Novembro*, sensibilização focada na saúde masculina, nomeadamente problemas oncológicos, saúde mental e prevenção do suicídio;

- Deu-se início à recolha de pilhas e lâmpadas, em parceria com o Electrão, tendo como ponto de partida uma campanha a favor do IPO, suportada por uma política de Responsabilidade Social;
- A PARPÚBLICA é membro da Aliança ODS Portugal desde 2019 e em 2022 tornou-se membro da *United Nations Global Compact*, o que faz com que estas duas participações venham reforçar o seu compromisso com os princípios das Nações Unidas e o seu empenho em trabalhar para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, constantes da Agenda 2030, aprovada em setembro de 2015.
- Em 2023 e relativamente a 2022, e por inerência à sua adesão ao *Global Compact*, a empresa submeterá, na plataforma internacional daquele organismo, a *CoP (Communication on Progress)*;
- Como organização presente no iGen, em 2022 a PARPÚBLICA assumiu uma participação mais ativa num dos grupos de trabalho daquele Fórum e participou ainda na publicação “Igualdade de Género nas Organizações – Do retorno do investimento às boas práticas”, partilhando as suas boas práticas, a par de um conjunto de organizações
- Desenvolvimento de iniciativas de natureza transversal que aumentem a eficiência na gestão dos recursos, seja no âmbito dos serviços partilhados, seja no âmbito do desenvolvimento do Centro de Conhecimento e Competências.
- A PARPÚBLICA em conjunto com o Grupo AdP e a INCM patrocinaram equipas universitárias na competição Global Management Challenge 2022.

## Grupo AdP



Constitui um instrumento empresarial do Estado para a concretização das políticas públicas e dos objetivos nacionais no domínio do ambiente e alteração climática, efetuando a gestão integrada do ciclo urbano da água através da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente, no relatório de sustentabilidade 2022 encontramos diversas iniciativas desenvolvidas no âmbito da valorização da sociedade.

## INCM



Possui um vasto e diversificado conjunto de atividades destacando-se as respeitantes às Contrastarias, as referentes à edição e publicação do Diário da República (serviço público de acesso universal e gratuito ao jornal oficial), as relacionadas com a produção de moeda, no quadro da sua política editorial, o reforçar da difusão de obras em língua portuguesa e representativas da cultura portuguesa e as que se relacionam com produtos exclusivos na área gráfica de segurança (exemplos: Cartão de Cidadão, Passaporte Eletrónico, Carta de Condução, entre outros) no relatório de sustentabilidade 2022 encontramos diversas iniciativas desenvolvidas no âmbito da valorização da sociedade.

**Grupo SIMAB**

Assume a missão pública que visa a melhoria dos circuitos de comercialização e distribuição nacionais de produtos agroalimentares, e também possibilitar às gerações vindouras uma mais-valia no seu universo de consumo, por via de uma oferta que se caracterizará, indubitavelmente, por um acréscimo da qualidade e diversidade alimentar. Atua diretamente ao nível da cadeia de distribuição agroalimentar, em mercados abastecedores e mercados municipais.

### CL (através da Coudelaria de Alter)

Com a extinção da Fundação Alter Real (FAR), atendendo à natureza das atividades desenvolvidas pela CL, o Estado considerou que parte das competências que havia delegado na FAR eram transferidas para a CL, designadamente as relativas à preservação do património genético animal da raça Lusitana, permitindo concentrar apenas numa entidade a gestão de todas as coudelarias detidas pelo Estado, sem prejuízo da gestão empresarial da CL. Consequentemente foram delegados pelo Estado na CL os seguintes fins e atribuições, compatíveis com a atividade estatutariamente já desenvolvida:

- o A preservação e divulgação do património genético animal da raça Lusitana, bem como o fomento e melhoramento dos equinos, nas linhas genéticas de Alter-Real e da Coudelaria Nacional, a par da preservação da linha genética da Coudelaria Companhia das Lezírias, S.A., sem prejuízo das atribuições de preservação genético próprias da DGAV;
- o A formação profissional na área da equitação como ferramenta essencial à divulgação da produção e utilização do cavalo e, no que se refere aos equinos de raça Lusitana de linha de Alter, em articulação com a Escola Portuguesa de Arte Equestre;
- o O desenvolvimento de um polo estruturante da economia regional;
- o A representação do país pela colocação da Coudelaria de Alter ao serviço do protocolo do Estado.



Ainda neste contexto, embora sem definição formal de serviço público e de interesse geral, assinala-se: (i) na **CE**, a prestação de serviços no domínio da formação de pilotos, de formação para forças de segurança, da formação em condução defensiva e o seu papel fulcral na promoção da região e do turismo; (ii) a **SAGESECUR** no domínio da qualidade e adequabilidade do material circulante para uma linha cuja importância para a mobilidade urbana é essencial e enquanto market maker para fundos geridos por outra sociedade do Grupo, defendendo, desta forma, os interesses dos pequenos investidores e; (iii) a **FLORESTGAL** enquanto empresa promotora do desenvolvimento da política pública florestal e de valorização do interior.

São inúmeros os exemplos do envolvimento das empresas do Grupo PARPÚBLICA com a comunidade em que estão inseridas e com os seus respetivos *stakeholders*, apresentando-se de seguida alguns desses exemplos de intervenção mais emblemáticos:

### **Grupo AdP:**

- o Girls Move – O Grupo AdP é um dos parceiros do projeto Girls Move, uma iniciativa destinada a jovens mulheres moçambicanas;
- o Banco Alimentar: a AdRA e o banco Alimentar contra a fome em Aveiro, deram início a uma campanha de solidariedade na luta contra a fome;
- o Dia Mundial do Ambiente no Grupo AdP, foram desenvolvidas diversas atividades junto da comunidade, quer através de campanhas de comunicação, quer através de ações de sensibilização;
- o Desafio Bioescola 360° - Água da Torneira, desenvolvido em parceria com o município de Lousada teve como objetivo promover o consumo de água da torneira unto de 7 mil alunos das 27 escolas básicas.

### **INCM**

- o Biblioteca da Imprensa Nacional - A Biblioteca, localizada no edifício da Imprensa Nacional (IN), aberta a todos os cidadãos, disponibiliza um património que ascende a mais de 20 000 mil volumes;
- o Arquivo Histórico da INCM - A INCM mantém um arquivo histórico com documentos que resultam da atividade da instituição, do século XVI à atualidade;
- o Ser reconhecida, a nível nacional e internacional, como líder em produtos e serviços de segurança essenciais à sociedade e como promotora da língua e da cultura portuguesas.

### **CL**

- o Protocolo com a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa - Apoio ao desenvolvimento de projetos de formação avançada;
- o Caminhada do Dia Internacional da Mulher – organizado pela Junta de Freguesia de Samora Correia;
- o Visitas guiadas de sensibilização com escolas.

### Grupo SIMAB

- o ASSOCIAÇÃO 5 AO DIA - Através da sua participação na Associação, a SIMAB contribui para a promoção de uma alimentação saudável;
- o AÇÕES DESENVOLVIDAS JUNTO DA POPULAÇÃO SENIOR, ampliando assim o público-alvo do programa 5 ao dia;
- o BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME Através de protocolo de colaboração firmado com o Banco Alimentar Contra a Fome (BACF);
- o ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA MENTAL, deu-se continuidade à parceria de colaboração com a Delegação de Évora da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Portador de Deficiência Mental (APPACDM).
- o ASSOCIAÇÃO ALGARVIA DE PAIS E AMIGOS DE CRIANÇAS DIMINUÍDAS DE FARO (APPACDM) protocolo de cooperação em formação estabelecido pela MARF com a APPACDM de Faro, para ações formativas em 'contexto real de trabalho'.
- o Promoção de ações pedagógicas focadas em aspetos ambientais e sociais em especial com as comunidades escolares locais, incluindo receção de visitas de estudo de crianças às nossas instalações, nos diversos Mercados Abastecedores.

## 6. Valorização ambiental

O Grupo PARPÚBLICA assume os aspetos ambientais como um eixo essencial para garantir a sustentabilidade e a rentabilidade dos seus ativos. Acresce ainda o facto de que, devido à diversidade dos setores operativos e administrativos do Grupo, os aspetos ambientais podem assumir as mais diversas formas de atuação ou intervenção em cada uma das participadas.

Em termos gerais, o Grupo PARPÚBLICA aposta na prevenção dos impactos ambientais em todas as suas intervenções na gestão e valorização dos recursos, promovendo a sua poupança e eficiência da utilização dos mesmos através da adoção das melhores práticas e da inovação tecnológica.

Nos casos concretos do Grupo AdP, da INCM, do Grupo SIMAB, da Florestgal, da Companhia das Lezírias, da Baía do Tejo e da Circuito Estoril, verifica-se a importância da gestão dos riscos inerentes às alterações climáticas, seja através da utilização eficiente da água, a importância da utilização da energia de fontes renováveis ou da sua produção própria, bem como, da redução da emissão de gases de efeito de estufa, da resolução dos passivos ambientais históricos e a própria mitigação dos impactos da sua atividade operacional.



Dada a diversidade de atividades e processos no seio das empresas do Grupo PARPÚBLICA consideramos importante referenciar de seguida, os principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável atingidos, as ações implementadas em 2022 e/ou atualmente em curso e os indicadores de desempenho ambiental que permitem a cada empresa do Grupo abordar e mitigar os riscos que estão associados à sustentabilidade ambiental.

### PARPÚBLICA (holding)

Enquanto holding, a atividade da PARPÚBLICA não se depara diretamente com questões de natureza ambiental, a não ser como mera utilizadora de bens e serviços. No entanto, mesmo a esse nível, a holding tem vindo a adotar um conjunto de diretrizes que espelham a sua preocupação em minimizar, nas diversas vertentes relevantes em matéria de sustentabilidade, os possíveis impactos negativos da sua atividade.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental da PARPÚBLICA salientam-se os principais ODS nesta área, bem como, as ações mais significativas de 2022 e os principais indicadores relevantes. Ainda assim, o ano de 2022, reflete a atividade da holding que se verifica na sua maioria no consumo de combustíveis nas viaturas e de água e eletricidade no edifício da sua sede, salientando-se a poupança no consumo de eletricidade, fruto das medidas implementadas neste âmbito.



- Utilização otimizada dos sistemas AVAC, da iluminação e das impressões que promovem a poupança de energia e o consumo responsável dos recursos (água, energia elétrica e papel)
- Recolha seletiva de resíduos (sistema relativo à recolha de pilhas, tinteiros e toners das impressoras)
- Sistema integrado de gestão e reporte da informação empresarial e de gestão documental, assentes na integração dos processos de trabalho nas próprias plataformas informáticas e na generalização dos suportes digitais como base dos processos de trabalho e de partilha de informação
- Substituição, no devido tempo, das viaturas de serviço por viaturas híbridas ou totalmente elétricas

Consumo de eletricidade 85.722 KwH (diminuição de 6% face a 2021)	Consumo de combustíveis 11.849 litros (aumento de 20% face a 2021)	Consumo de água 323 m <sup>3</sup> (aumento de 43% face a 2021)
---	--	---

## Grupo AdP

No caso do Grupo AdP a sua principal atividade é a gestão integrada do ciclo urbano da água, compreendendo todas as suas fases, desde a captação, o tratamento e a distribuição de água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas, incluindo a produção de água para reutilização.

O Grupo AdP tem empresas de norte a sul do país, captando água subterrânea e superficial nas diversas bacias do país. De igual forma, na área do saneamento são rejeitadas águas residuais tratadas, em linhas de água doce e no mar, em todo o país. As empresas do Grupo AdP assumem a dupla responsabilidade de fornecer água potável de forma contínua às populações e de captar apenas os caudais essenciais minimizando desperdícios, conservando e valorizando assim as massas de água enquanto recurso natural. A recolha, o tratamento e a rejeição de águas residuais salvaguardam a qualidade dos meios recetores e dos respetivos ecossistemas. O cumprimento dos limites definidos nas licenças emitidas pela entidade competente permite a utilização sustentável dos recursos para o fim a que se destinam. Estes serviços públicos são essenciais e indispensáveis ao bem-estar das populações, à saúde pública, ao desenvolvimento social e económico e à proteção do meio ambiente.

Assim, as questões ambientais, nomeadamente a gestão do ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza e o combate às alterações climáticas, assumem um papel fulcral na sua atividade. Neste âmbito os principais desafios centram-se: i) na prevenção dos impactos ambientais; ii) na gestão e valorização dos recursos; iii) na adoção das melhores práticas disponíveis; iv) na inovação e desenvolvimento tecnológico; v) na gestão dos riscos relacionados com as alterações climáticas; vi) na potenciação da utilização e produção de energias renováveis e; vii) na introdução de medidas de redução e compensação de emissões de GEE.

Neste âmbito o Grupo AdP define como temas materiais a segurança e qualidade do produto e resiliência do serviço da água, a conservação e valorização dos recursos hídricos e a economia circular da água. A própria atividade do Grupo AdP permite potenciar os aspetos positivos no âmbito da sustentabilidade ambiental, tais como, a preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas, a utilização de fontes de energia renovável e a educação ambiental e também minorar os aspetos negativos, tais como, o volume da água captada e as áreas ocupadas, os próprios consumos de energia, as emissões, a produção de resíduos e os impactos na biodiversidade e na população, bem como, as alterações nas características dos meios de descarga.

O equilíbrio entre o consumo e utilização dos recursos hídricos e as necessidades/desenvolvimento das comunidades é um dos pontos essenciais da intervenção do Grupo AdP, pelo que a manutenção de caudais mínimos, a prevenção da poluição das linhas de água e do mar e a despoluição que se tem verificado pela existência de sistemas de recolha e tratamento de águas residuais, garantem que os meios hídricos apresentem a qualidade e quantidade de água necessária à conservação e ao desenvolvimento da biodiversidade.





Face ao desafio das alterações climáticas, que obrigam a uma gestão cada vez mais eficiente e com maior resiliência, as práticas de economia circular do ciclo da água permanecem uma prioridade, quer através da aposta na produção de água para reutilização, quer na obtenção de energias renováveis, como também no combate às perdas de água (o Grupo AdP tem vindo a investir continuamente no sentido de reduzir as perdas, nomeadamente as perdas reais no transporte e distribuição de água) e na valorização dos resíduos gerados.

Refira-se ainda que nos instrumentos previstos no compromisso de Sustentabilidade do Grupo AdP e, em concreto, no âmbito do PEEAC - Plano Estratégico de Adaptação às alterações climáticas, foi definida uma metodologia e foram desenvolvidos diversos cenários de atuação, tendo em 2022 sido criada uma Task Force para o tema da seca, coordenada pela AdP SGPS, que desenvolve os seus trabalhos em estreita colaboração com a Agência Portuguesa do Ambiente e em parceria com o Instituto Português do Mar e da Atmosfera.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental do Grupo AdP salientam-se os principais ODS nesta área, bem como, as ações mais significativas de 2022 e os principais indicadores relevantes:



- Para o grupo AdP, o ODS 6 – Água e saneamento para todos – é transversal a todos os ODS porque “sem água não há vida”
- O Grupo AdP desenvolve o programa (ZERO) sustentado e integrado de redução de consumos energéticos e de produção própria de energia de fonte 100% renovável
- O Grupo AdP elaborou o seu Plano de Ação para a Reutilização que envolve projetos de produção de água para reutilização, bem como, o Plano de Ação de Gestão de Lamas a ser aplicados em algumas das instalações do Grupo
- O Programa de neutralidade carbónica do Grupo AdP (NEUTRO) visa a implementação de medidas com vista à redução de emissões de gases com efeito de estufa. Ainda neste âmbito, em 2022, foi dado início ao desenvolvimento de uma ferramenta de inventário da pegada carbónica das empresas do Grupo AdP, onde constará de forma rigorosa e exaustiva todas as fontes emissoras de GEE

- No âmbito da economia circular, o Grupo AdP participa em diversos consórcios europeus que estão a desenvolver projetos de inovação, nomeadamente o "LIFE RENATURWAT" e o "LIFE PHOENIX"
- Todas as empresas do Grupo AdP têm sistemas de gestão ambiental, estando 100% certificadas na norma ambiental 14001, salvaguardando boas práticas ambientais no âmbito do fornecimento de bens/serviços, independentemente dos critérios contratuais.
- Mantêm-se as campanhas de sensibilização para a utilização eficiente da água visando consciencializar a população para o valor da água e para a importância de abandonar hábitos de desperdício

586 M m <sup>3</sup> captados de água para abastecimento (igual a 2021)	Volume de água obtido por captações superficiais foi 508 M m <sup>3</sup> (510 M m <sup>3</sup> em 2021) vs captações subterrâneas de 77 M m <sup>3</sup> (75.6 M m <sup>3</sup> em 2021)	Cumprimento dos parâmetros de controlo de qualidade em 99,6% no abastecimento em alta e 99,4% no abastecimento em baixa
Produzidos 5,6 M m <sup>3</sup> de APR reutilizada internamente em usos com níveis de exigência não potável	8.293 ton/CO <sub>2</sub> de emissões diretas (Escopo 1)	162.124 ton/CO <sub>2</sub> de emissões diretas (Escopo 2)
Consumidos 2.800.541 GJ de energia em forma de eletricidade	Consumidos 122.694 GJ de energia para aquecimento	Consumidos 113.052 GJ de combustíveis - gasolina e gasóleo
Peso total dos resíduos gerados 425.101 ton	Peso total dos resíduos gerados não destinados para disposição (totalmente valorizados) 396.900 ton	Peso total dos resíduos perigosos destinados para disposição Aterro (4.321 ton) e outros (3.462 ton)

## INCM

A INCM mantém o compromisso com a redução do seu impacto ambiental, registando neste ano progressos significativos na melhoria da sua eficiência hídrica e energética, na implementação de um plano de mobilidade sustentável, na identificação de oportunidades no âmbito da economia circular, e na avaliação e monitorização da sua pegada carbónica, visando a sua neutralidade. Os aspetos identificados assumem-se como uma prioridade da INCM no compromisso com o ambiente, tendo criando em 2022 iniciativas internas neste âmbito e integrando iniciativas coletivas nas cidades onde opera (signatária do Lisboa Pacto de Mobilidade Empresarial e o Compromisso de Lisboa Capital Verde Europeia).

Assim, o Plano Estratégico do triénio 2023-2025 retrata as ambições que a Sociedade pretende atingir no curto prazo, focando-se no desenvolvimento de várias iniciativas com os diversos *stakeholders* da INCM, com objetivos claros de redução dos consumos de energia e água, emissões de gases e de efluentes, bem como, na utilização/reutilização de materiais, resíduos e foco na aplicação da economia circular, que possam ter como resultado a substancial redução do impacto da atividade da INCM no meio ambiente.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental da INCM salientam-se os principais ODS nesta área, bem como, as ações mais significativas de 2022 e os principais indicadores relevantes:



- Compromisso do atingimento da neutralidade carbónica até 2030
- Monitorização dos consumos de água e reutilização de água em alguns processos produtivos. Adesão ao sistema waterbeep da EPAL, nos dois grandes edifícios industriais, que permite a ligação direta do sistema INCM ao sistema da EPAL para acompanhamento dos consumos em tempo real e com alertas de desvios
- Realização de Auditoria Hídrica e de Materiais e desenvolvimento do Plano de Eficiência Hídrica e de Materiais, bem como, dos Planos de Racionalização Energética de todos os edifícios da INCM

- Concretização de medidas de racionalização energética, tais como, a formação e sensibilização dos trabalhadores sobre a temática, a já referida monitorização de consumos, a redução de fugas de gás e a substituição de iluminação existente por LED com instalação de sensores de presença
- Renovação do parque industrial e evolução das linhas de produção (indústria 4.0)
- Instalação de painéis solares fotovoltaicos para produção de energia na cobertura do edifício da Casa da Moeda (produção anual aproximada de 623 MWh de energia) e contrato de fornecimento de energia com origem totalmente verde (desde 2021)
- Redução de consumo de papel e consumíveis de impressão, pela adoção de uma política de impressão ambientalmente responsável, bem como pela promoção da desmaterialização de documentos, processos e fluxos de informação
- Na contratação de fornecedores são incluídos critérios ambientais, como o cumprimento da legislação em ambiental portuguesa, a melhoria desempenho na utilização dos recursos naturais e certificação energética ou outros certificados ecológicos

Utilizadas 2.456 ton de matérias primas (2.371 ton em 2021), sendo o papel e cartão (45%) as matérias mais utilizadas	Uso total de materiais reciclados em 2022 de 121,4 ton que representam 5% do total de matérias-primas utilizadas	98% do total dos resíduos produzidos são enviados para valorização (100% dos resíduos não perigosos e 49% dos resíduos perigosos)
Consumos totais de eletricidade (94%), gás natural e gasóleo (ambos 4%) ascenderam a 23.942 CJ (24.156 CJ em 2021)	Produzidos 1.669 GJ de eletricidade em 2022	Frota automóvel de ligeiros de serviço com 5 veículos totalmente elétricos
Consumo anual de água ascendeu a 13,41 M m3 (13,37 M m3 em 2021)	Emissões de GEE (âmbito 1) ascenderam a 128 ton CO2 e (125 ton CO2 e em 2021)	Emissões de GEE (âmbito 2) de 0 tonCO2 e (2.220 tonCO2e em 2021) devido ao contrato de fornecimento de energia 100% verde
Em 2022 realizou-se a primeira ação de voluntariado corporativo "Da Semente à Arvore, Mãos na Terra"		Certificação ambiental na norma ISO 14001



## Grupo SIMAB

As empresas do Grupo SIMAB são constituídas pelos mercados abastecedores das regiões de Lisboa, Braga, Évora e Faro, além da própria holding SIMAB que gere esses mercados.

Assim, este grupo de empresas identifica os principais fatores que devem ser monitorizados numa abordagem de proatividade e avaliação constante dos riscos associados, nomeadamente, o risco e exposição dos mercados às alterações climáticas, a necessidade de racionalização dos consumos de energia e de um uso mais eficiente dos recursos hídricos, bem como, a proteção da biodiversidade, as emissões de gases de efeito de estufa e uma gestão eficaz dos resíduos.

Neste âmbito o Grupo SIMAB tem responsabilidades ambientais de elevada importância, nomeadamente, as relativas às condições de gestão das operações dos mercados sob sua gestão, cuja melhoria é concretizada através da realização de investimentos de reabilitação e construção de infraestruturas, bem como através da adoção de boas práticas de racionalização e poupança na utilização de recursos, tais como, a energia, a água, o frio e o gás e a respetiva triagem dos resíduos, que contribuam para valorização dos mesmos.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental, da holding e dos seus 4 mercados, salientam-se os principais ODS nesta área, bem como, as ações mais significativas de 2022 e os principais indicadores relevantes:



- Reforço da relevância das relações económicas, sociais e ambientais de proximidade, promovendo a produção local, os circuitos curtos de distribuição e a valorização dos recursos endógenos existentes nos Mercados Abastecedores e Municipais
- Utilização de fontes de produção de energia solar nos Mercados Abastecedores, em concreto no MARL com a instalação de uma das maiores centrais fotovoltaicas em meio urbano da Europa
- Aumento da eficiência do consumo de água na atividade regular dos Mercados Abastecedores, através da inovação e uso de novas tecnologias de monitorização (Sistema de Gestão Centralizada de Consumos), o que também permitiu repensar os circuitos de utilização e gestão da água e da eletricidade

- Participação no Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública (ECO.AP 2030) com o objetivo promover a descarbonização e a transição energética das atividades desenvolvidas.
- Criação de uma eco-área no MARL para recolha, triagem e seleção de resíduos valorizáveis (papel, cartão e caixas de madeira e plástico) promovendo os princípios da economia circular
- Opção pela utilização de suportes para consumo de água canalizada/torneira, reduzindo o consumo de água engarrafada, nomeadamente a aquisição da mesma em garrafas de plástico
- Incentivo à mobilidade sustentável e ao aumento do transporte elétrico com a criação, dentro das instalações do MARL, de dois postos de abastecimento da rede Mobi.E (em estudo a instalação de postos nos restantes mercados do Grupo)
- Parte integrante na 'rede FOODLINK' neste âmbito relativa à redução da pegada carbónica e a necessidade de transporte e melhor aproveitamento dos recursos, visando a diminuição do desperdício

Consumo eletricidade de 11.169 GJ (12.803 GJ em 2021)	7.911 ton de resíduos produzidas (7.787 ton em 2021)	68% dos resíduos produzidos foram incinerados com recuperação de energia e 9% foram reciclados (papel/cartão/plástico)
Consumo água 110.945 m <sup>3</sup> (59.757 m <sup>3</sup> em 2021)		Emissões diretas (Escopo 1) de gases com efeito de estufa de 807 ton CO2 eq/ano (688 ton CO2 eq/ano em 2021)

## Companhia das Lezírias

A Companhia das Lezírias gere a maior exploração agropecuária e florestal existente em Portugal, pelo que é essencial a promoção de boas práticas de gestão de todos os ativos, de acordo com os mais elevados padrões ambientais, éticos e legais, de forma a minimizar o impacto da sua atividade no meio ambiente. De facto, a maioria da atividade agrícola, florestal e pecuária da CL está enquadrada em produção integrada e agricultura biológica, sendo que a gestão florestal está certificada como sustentável e estão estabelecidas práticas de agricultura de precisão.

O património da CL é também local de estudo para a agropecuária e silvicultura nacionais, através das Universidades que a procuram pela diversidade de habitats, espécies, animais e vegetais, que nele habitam, sendo que o território dela apresenta 2.325 hectares (11,21% do total) na Reserva Natural do Estuário do Tejo e 13.621 hectares (65,67% do total) na Zona de Proteção Especial e no Sítio de Interesse Comunitário do Estuário do Tejo.

A Companhia das Lezírias retomou o seu próprio relato no âmbito da sustentabilidade em 2020 e 2021 e está neste momento a ultimar o relatório relativo ao ano de 2022. A Companhia das Lezírias tem vindo a definir a sua estratégia de sustentabilidade, identificando os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) prioritários para o seu negócio com base na cadeia de valor, e que traduzem os seus eixos estratégicos de atuação.

A Companhia das Lezírias tem implementado diversas medidas de forma a diminuir o seu impacto ambiental através: i) da criação de reservas de água superficial; ii) do reaproveitamento da água dos lavatórios do EVOA para enchimento dos autoclismos; iii) do aproveitamento da água da chuva; iv) da diminuição das áreas de cultura de arroz e do uso da agricultura de precisão no milho e rega de precisão na vinha e olival.

Refira-se ainda o esforço da Companhia das Lezírias na redução do impacto nos seus efluentes através de ETAR que garantem o tratamento das águas residuais conforme estabelecido na lei portuguesa, sendo o caso do aldeamento turístico da Coudelaria, do EVOA e, também da Adega do Catapereiro, sendo que, nesta última localização está em curso um processo de instalação de uma nova ETAR, já com princípios de circularidade no tratamento destes resíduos.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental da Companhia das Lezírias salientam-se os principais ODS nesta área, bem como, as ações mais significativas de 2022 e os principais indicadores relevantes:



- Os sobrantes florestais (3.866 ton em 2022) são canalizados para a produção de energia através da combustão direta ou para fabrico de pellets
- Promoção do sequestro de carbono pelo aumento da densidade florestal e substituição da gradagem pelo corte com destroçador no controlo da vegetação espontânea
- Processo de conhecimento da pegada de carbono da produção vitivinícola e de toda a cadeia de valor do vinho
- Expansão da alimentação por painéis fotovoltaicos dos pontos de abeberamento junto aos furos de água (Barracão dos Porcos) e renovação do ponto de abeberamento Bexiga
- Todos os edifícios (com CPE) estão registados no Barómetro Eco.AP
- Encaminhamento para reciclagem todos os resíduos não orgânicos da vinha/olival/adega e programa de recolha e encaminhamento para reciclagem de rolhas de cortiça
- Inspeções bianuais aos sistemas de rega para detetar fugas
- Utilização de uma embalagem eco eficiente no vinho tinto biológico Tyto Alba (diminuição do peso do vidro; cápsulas compostáveis; redução do papel e tinta nos rótulos)
- O olival tradicional em Alter está atualmente em conversão para um regime de agricultura biológica
- Na divulgação do uso de produtos fitofarmacêuticos, seguindo os mais exigentes critérios de segurança para o Homem e Ambiente, ocorreram (2021/2022) 9 visitas à Smartfarm (ANIPLA) e 853 acessos à visita virtual
- Ações de sensibilização desenvolvidas no EVOA (6.334 visitantes e 1.700 voluntários), que permitem abordar a temática das alterações climáticas, impactos e medidas de mitigação que podem ser implementadas, contribuindo para a consciencialização ambiental
- Reforço dos temas de sustentabilidade através de formação dos guias (11 em 2022)
- Continuação da proteção e restauro das linhas de água enquanto corredores ecológicos
- Projeto-piloto sobre o efeito das plantas aromáticas para o controlo das infestantes

Consumo eletricidade 5.099 GJ	Consumo água 2,7 milhões litros (2,4 milhões litros em 2021)	Consumo combustíveis 9.015 GJ
Produzidos 3 800 kWh de eletricidade na adega de Catapereiro (igual a 2021)	Colocados 2.800 protetores de sobreiros (41.057 desde 2007)	30 ha de pinhal manso estabelecido como pool de carbono florestal
Formados 33 trabalhadores em boas práticas florestais em 2022	8.907 hectares de floresta são certificados com princípios de Gestão Florestal Sustentável	7.768 ha de pastagem em Agricultura Biológica (AB) e o montado de sobreiro e pinheiro manso já em AB ou em período de conversão
Libertação de mais de 100 exemplares do coelho-bravo enquanto espécie essencial dos sistemas terrestres e como modelador do ecossistema	Consolidação de 70 ha de pinheiro-manso e sementeira de adicionais 7 ha	Acolhimento e apoio a estudos sobre a fauna e flora e habitats (12 projetos científicos / 11 artigos científicos / 16 teses de mestrado e doutoramento)



## **Florestgal**

A Florestgal assume-se como um instrumento de política pública para intervir no âmbito da estratégia nacional de desenvolvimento florestal, do ordenamento do território, do combate às alterações climáticas e da biodiversidade e conservação da natureza.

A Florestgal gere uma área de aproximadamente 22 mil hectares distribuídos por 27 concelhos, apresentando-se a vertente ambiental como fulcral para o desenvolvimento sustentável da missão da empresa e estando atualmente em curso um processo de levantamento e avaliação dos valores de conservação nas suas propriedades, processo esse que se prevê concluído no final do ano de 2023. O referido projeto é essencial para a conclusão do processo de certificação da gestão florestal, no quadro do certificado FSC.

A Florestgal tem no seu envolvimento e apoio quanto à valorização e promoção do conhecimento, do desenvolvimento técnico-científico, da inovação e tecnologia do setor, das boas práticas para uma gestão florestal sustentável, com o objetivo de assegurar que as suas florestas são mantidas com capacidade de satisfazer as necessidades atuais e futuras e de contribuir para preservação do Capital Natural, podendo minimizar os efeitos das alterações climáticas por redução da emissão de gases de efeito estufa através do sequestro de carbono de forma perene.

Tendo em consideração a adaptação às alterações climáticas em curso, é essencial a preservação dos solos das áreas que beneficiam da gestão florestal prosseguida pela Florestgal, incluindo a prevenção e combate a incêndios, como resultado da proteção conferida pelo coberto vegetal de produção ou renaturalização/conservação, permitindo minimizar os efeitos de fenómenos climáticos extremos (enxurradas e secas), cuja regularidade e severidade se têm vindo a agravar como resultado das alterações climáticas, dotando os solos com uma maior capacidade para permitir a infiltração e retenção de água em quantidade e qualidade e resistir à erosão quando sujeitos a tais fenómenos.

A Florestgal apresentou em 2022 o seu próprio relato no âmbito da sustentabilidade identificando no âmbito ambiental como temas materiais, a biodiversidade e as emissões de Gases de Efeito de Estufa.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental da Florestgal salientam-se os principais ODS nesta área, bem como, as ações mais significativas de 2022 e os principais indicadores relevantes:



- Parceria com o ICNF para um projeto de restauro de ecossistemas em propriedades da Florestgal no Parque Natural do Tejo Internacional
- As atividades nas áreas sob responsabilidade da Florestgal (detidas ou arrendadas) são desenvolvidas de modo a minimizar o risco de contaminação do solo ou recursos hídricos, prevenindo o derrame ou abandono de materiais poluentes
- Diminuição da contaminação de recursos hídricos através da redução do uso de pesticidas químicos com recurso a controlo biológico de pestes que afetam áreas florestais geridas pela Florestgal
- Projeto piloto na Guarda, sob gestão da Florestgal, para fixação de passeriformes que tem organismos indesejáveis como fonte de alimento, com instalação de caixas-ninho para a espécie chapim que se alimenta da lagarta do pinheiro e outros escolitídeos
- Política de gestão florestal que inclui a prevenção e combate a incêndios, mas também a retenção e preservação de água em quantidade e qualidade
- Produção de biomassa nas áreas florestais sob gestão da Florestgal passível de valorização energética
- Contributo para uma maior disponibilidade de água para produção de energia hidroelétrica como resultado da retenção de água graças à preservação do Capital Natural (i.e., coberto vegetal e solos)
- Aumento da resiliência de territórios com acentuada incidência de floresta e elevado risco de incêndio por via da intervenção na paisagem em execução, enquanto Entidade Gestora de Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP)
- Término em 2023 do processo de certificação da gestão sustentável das florestas sob responsabilidade da Florestgal
- Promoção da circularidade e aproveitamento de lamas de ETAR para aumentar a matéria orgânica e a qualidade de solos florestais, usando um resíduo do tratamento de águas residuais domésticas como recurso para melhorar o Capital Natural intrínseco da área florestal

Consumo combustíveis 13.589 litros  
(10.780 litros em 2021)

Estimados sequestros anuais em 2021  
de cerca de 3,7 milhões de toneladas  
de CO2 (não houve apuramento em 2022)

7.792 ha de propriedades com Certificação  
de Gestão Florestal

Aquisição de 697 ha de terras em áreas  
com estatuto específico de conservação  
da natureza (adquiridos mais 174 ha em  
2023 até ao momento)

528 ha de projetos de reconversão  
de povoamentos de eucalipto através  
da rearboreção com povoamentos  
de folhosas autóctones

## Fundiestamo

A atividade da Fundiestamo consiste na gestão de Fundos de Investimento Imobiliário, sendo que é nesse âmbito, enquanto sociedade gestora, que gere e controla os riscos ambientais que sejam relevantes na sua atividade.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental da Fundiestamo salientam-se os principais ODS nesta área, bem como, as ações mais significativas de 2022 e os principais indicadores relevantes:



- Sistema de registo dos consumos de cada um dos imóveis geridos de forma a estabelecer um conjunto de metas de diminuição dos consumos de energia e de água
- Estratégia plurianual de intervenção de forma a melhorar todos os índices negativos identificados nas certificações energéticas
- Identificação e substituição de materiais com amianto nos imóveis geridos (processo em curso e a ocorrer até 2030)
- Substituição gradual da tipologia de iluminação para LED
- Revisão de forma gradual das fachadas nos imóveis geridos de forma a aumentar a eficiência térmica com consequências diretas no consumo de energia (climatização)
- Reforço das exigências e medidas de sustentabilidade nos procedimentos de consulta, quer para os fornecedores de serviços, quer para as empreitadas a realizar

Consumo eletricidade 16.190 KWh  
(igual em 2021)

Consumo Combustíveis 4.843 litros  
(4.309 litros em 2021)

Consumo Água 29,3 m<sup>3</sup>  
(29 m<sup>3</sup> em 2021)

## Estamo

A Estamo tem como objetivo a compra e venda de imóveis e na sua rentabilização através do arrendamento, revenda e/ou promoção imobiliária e nesse âmbito as suas preocupações centram-se na gestão e controlo dos riscos ambientais decorrentes da operação dos imóveis detidos, tendo maioritariamente como clientes, no segmento do arrendamento, entidades públicas, devendo neste âmbito, colaborar para a racionalização do parque imobiliário do Estado.

Na sua atividade a Estamo, sempre que possível, implementa soluções mais eficientes do ponto de vista ecológico, nomeadamente medidas de redução do consumo de energia e água ou a reutilização de águas residuais.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental da Estamo salientam-se os principais ODS nesta área, bem como, as ações mais significativas de 2022 e os principais indicadores relevantes:



- Instalação no edifício sede de um sistema de reutilização de águas residuais e pluviais
- Instalação de temporizadores de água e de energia elétrica para poupança de recursos, tanto na sede, como nos seus imóveis de rendimento
- Está em processo de contratação a instalação de painéis fotovoltaicos no edifício da sede da Estamo, prevendo o término do processo no primeiro semestre de 2023
- Em estudo a possibilidade de extensão do projeto implementado no edifício da Sede da Estamo a outros imóveis da sua carteira, potenciando, sempre que possível a constituição de comunidades de energia, que reduzam o consumos e a respetiva fatura
- Instalação no edifício sede e noutros edifícios de rendimento de tomadas para carregamento de carros elétricos nas garagens
- Utilização de lâmpadas LED tanto no edifício sede como em todas as obras de requalificação dos seus imóveis de rendimento
- A Estamo detem terrenos localizados em áreas protegidas ou com elevada biodiversidade nas zonas de Lisboa (82.300 m<sup>2</sup>), Setúbal (50.700 m<sup>2</sup>) e Peniche (48.500 m<sup>2</sup>)
- Limpezas periódicas dos terrenos da Estamo de forma a reduzir ou eliminar os riscos de incêndios e problemas de salubridade

Consumo eletricidade 916 KWh  
(732 KWh em 2021)

Consumo Combustíveis 5.838 litros  
(5.239 litros em 2021)

### Consest

A atividade da Consest centra-se no desenvolvimento imobiliário de um único ativo, situado na Falagueira, no Concelho da Amadora, composto por duas parcelas de terreno urbano para construção, uma com 545.213 m<sup>2</sup> (Parcela B) e a nova parcela com 36.052 m<sup>2</sup> (Parcela A).

Assim, no âmbito ambiental, todos os recursos da Consest são utilizados nos riscos associados a esse ativo, desenvolvendo a sua atividade velando pela poupança de recursos e pela adoção de práticas que permitam mitigar ou eliminar os riscos ambientais que, do simples exercício da sua atividade, naturalmente decorrem.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientamos o desenvolvimento de estudos e projetos relativos ao seu único ativo em total observância dos instrumentos de planeamento vigentes e em estreita ligação com as entidades licenciadoras observando sempre os requisitos de preservação ambiental, de modo que o desenvolvimento imobiliário do terreno da Falagueira se faça num quadro de sustentabilidade urbana e ambiental.



### Baía do Tejo

A Baía do Tejo tem tido como principal responsabilidade ambiental a requalificação dos territórios das antigas áreas industriais da Quimiparque, no Barreiro e da Siderurgia Nacional, no Seixal, procurando eliminar os passivos históricos existentes e criando, desta forma, condições ambientais para a instalação de atividades económicas geradoras de emprego e para o desenvolvimento local dos concelhos que se situam nos territórios que gere. Assim, a Baía do Tejo define como temas materiais a própria sustentabilidade ambiental da sua atividade e a eficiência energética das áreas onde intervém.

A Baía do Tejo é também responsável pela gestão e manutenção das infraestruturas localizadas dentro do Parque Empresarial no Barreiro, nomeadamente as infraestruturas hidráulicas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais. Neste âmbito salientam-se os resultados muito positivos da ligação em alta dos efluentes de toda a zona do Parque Empresarial do Barreiro à ETAR Simarsul, que permitem perspetivar os enormes ganhos futuros, em termos ambientais, para o território gerido pela Baía do Tejo e para toda a região.

A Baía do Tejo integra no seu património 125,5 hectares na Reserva Ecológica Nacional e 14,4 hectares na Reserva Agrícola Nacional e também 22,88 hectares de zonas inundáveis relativas a Domínio Público Hídrico.

No próximo triénio, a resolução dos passivos ambientais é uma das principais prioridades da Baía do Tejo, a aprofundar no âmbito de projeto de valorização dos territórios geridos, com reavaliação das metodologias a aplicar levando em linha de conta os estudos de caracterização atual a realizar e a nova configuração estratégica para os territórios do Arco Ribeirinho Sul. A continuidade do investimento que permitirá dar seguimento à resolução do passivo ambiental histórico, localizado numa área com cerca de 200ha, será suportada pelo Fundo Ambiental.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental da Baía do Tejo salientam-se os principais ODS nesta área, bem como, as ações mais significativas de 2022 e os principais indicadores relevantes:



- Responsável pela gestão e manutenção das infraestruturas localizadas dentro do território do Barreiro, nomeadamente as infraestruturas hidráulicas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais
- A água potável distribuída no PE do Barreiro é sujeita a análises periódicas de qualidade da água consumida, sendo os resultados divulgados trimestralmente no website da empresa
- Desenvolvimento de estudos no âmbito da eficiência energética por forma a implementar medidas com vista a minimizar consumos energéticos tornando assim a atividade de gestão de Parques Empresarial mais sustentável ambientalmente
- Procura atual de soluções tecnológicas mais avançadas com a implementação de software de gestão para circulação digital de documentos e arquivo documental, dando continuidade à política da empresa de desmaterialização de processos internos e externos
- Têm vindo a ser realizados, no território do Barreiro e do Seixal, elevados investimentos com o apoio de fundos comunitários (POVT / POSEUR), com o objetivo de remover passivos ambientais históricos com impacto indireto ao nível da proteção da vida terrestre e melhoria do ecossistema, travando e revertendo a degradação dos solos. O novo estudo efetuado em 2022 determina que a reabilitação do restante passivo ambiental existente deverá passar pela implementação de soluções de remediação in-situ e on-site, que se consideram mais adequadas atendendo a aspetos técnicos, financeiros e de sustentabilidade
- Nas intervenções de requalificação urbana desenvolvidas pela Baía do Tejo existe o foco de incrementar a área permeável com a criação de espaços verdes
- A nível da gestão de resíduos e reciclagem, a Baía do Tejo assegura nos PE por si geridos, a recolha seletiva e eficiente encaminhamento dos resíduos
- A Baía do Tejo acompanha o desenvolvimento do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas a ser desenvolvido pela Área Metropolitana de Lisboa e fará refletir as suas conclusões no processo de planeamento dos seus territórios

	Consumo eletricidade 6.173.608 Kwh	
Consumo Água 849.677 m <sup>3</sup> (759.163 m <sup>3</sup> em 2021)	Água captada própria 924.510 m <sup>3</sup> (881.854 m <sup>3</sup> em 2021)	Consumo Combustíveis 29.536 litros (26.600 litros em 2021)
Emissões diretas (Escopo 1) GEE 76 tonCO <sub>2</sub> eq Emissões diretas (Escopo 2) GEE 621 tonCO <sub>2</sub> eq	Desde 2011, foram investidos mais de 35 M€, para a remoção de 382.000 ton de resíduos perigosos considerados prioritários pela APA	Reserva de 1.600.000 euros consignada à responsabilidade ambiental, para cobertura de eventuais danos ambientais
No PE do Barreiro a BdT abastece de água 223 clientes (156.243 m <sup>3</sup> em 2022)	No PE do Barreiro o volume de efluentes entregue à Simarsul foi de 244.082 m <sup>3</sup> em 2022	Certificada nas normas ISO 9001:2008

## Circuito Estoril

A Circuito Estoril tem a sua atividade centrada na valorização e exploração da capacidade instalada do autódromo do Estoril, sendo que a gestão deste ativo apresenta vários desafios em matéria ambiental.

O autódromo ocupa uma área de 52 ha, toda ela inserida no contexto do Parque Natural Sintra Cascais, sendo uma das preocupações da Circuito Estoril a manutenção dos terrenos limpos de mato de modo a limitar o risco de incêndios florestais e minimizar possíveis danos.

De salientar que, desde o início de 2022, a Circuito Estoril implementou de forma proativa algumas medidas com vista a mitigar os efeitos da produção de ruído junto da população envolvente, nomeadamente por via da limitação dos horários de realização das provas e das medições dos níveis de ruído, mesmo em provas em que tal não é obrigatório nos termos dos regulamentos aplicáveis.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental da Circuito Estoril salientam-se os principais ODS nesta área, bem como, as ações mais significativas de 2022 e os principais indicadores relevantes:



- Eficiência na utilização de recursos, promovendo a melhoria de eficiência energética no consumo, com novos sistemas de iluminação através de aparelhos de baixo consumo
- Captação de água em 7 furos de águas subterrâneas cuja água captada é armazenada em 5 reservatórios que por sua vez abastecem a rede interna de distribuição de água do autódromo
- As redes internas de distribuição de água foram renovadas, otimizando o consumo de água e evitando desperdícios com fugas de água
- Resíduos produzidos durante os eventos, tais como pneus, óleos, madeiras, alcatifas e plásticos são transportados por empresas certificadas que procedem posteriormente à reciclagem dos mesmos
- Limitação do horário da atividade do autódromo das 9 horas às 19 horas, salvo raras exceções, e implementação de um sistema de controlo de nível de ruído nos eventos denominados *track days*

Consumo eletricidade 201.246 Kwh  
(219.091 KWh em 2021)

Consumo combustíveis 3.921 litros  
(4.034 litros em 2021)

98% do consumo de água do autódromo  
provem das furos existentes nas instalações



### Sagesecur

A Sagesecur, enquanto sociedade instrumental da PARPÚBLICA, adquire, administra e aliena valores mobiliários e assegura a gestão dos contratos relativos ao seu principal ativo que são os comboios utilizados pela Fertagus. Não sendo a sociedade diretamente responsável pela condução dos procedimentos administrativos e operacionais, os quais são assegurados no quadro do modelo de recursos partilhados gerido pela holding, esta matéria encontra-se fora da sua esfera de intervenção, embora as recomendações em matéria de sustentabilidade não deixem de ser prioritárias, até pela relação estreita desta sociedade com a PARPÚBLICA.



## VII. Nota Final

O relatório de sustentabilidade do Grupo PARPÚBLICA reflete o compromisso contínuo do Grupo para com a responsabilidade social, ambiental e com um governo corporativo adequado. Neste relatório, destacamos os nossos esforços e realizações até ao momento, mas também reconhecemos os desafios e oportunidades que enfrentamos em matéria de sustentabilidade.

À medida que avançamos em direção a um futuro sustentável, sabemos que há importantes desafios a serem superados. O atual cenário económico, a escassez de recursos naturais, as mudanças climáticas e a crescente procura pela transparência, são apenas alguns desses desafios que enfrentamos. No entanto, também vemos nestes desafios oportunidades de inovação, eficiência e criação de valor.

A Diretiva (UE) 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de dezembro de 2022 (“CSRD”), relativa à comunicação de informações sobre a sustentabilidade das empresas e que vem alterar a Diretiva de Divulgação de Informações Não Financeiras (“NFRD”), vem estabelecer novas regras sobre o reporte das empresas quanto à gestão dos desafios sociais e ambientais. Esta nova diretiva introduz alterações significativas no cenário do governo corporativo e da sustentabilidade, realçando a importância da prestação de contas, da transparência e da divulgação de informações não financeiras. Como resultado, o grupo PARPÚBLICA focar-se-á na adaptação às novas exigências, aprimorando os respetivos instrumentos de bom governo, bem como as políticas e práticas em matéria de sustentabilidade.

Teremos assim a oportunidade de fortalecer ainda mais a abordagem sustentável do Grupo, o qual continuará comprometido em integrar considerações ambientais, sociais e de governo em todas as nossas operações e processos de tomada de decisão. Da mesma forma, iremos continuar a trabalhar para estabelecer metas ambiciosas e mensuráveis, que nos permitam monitorizar o nosso progresso em direção à sustentabilidade e relatar de forma transparente os nossos resultados.

Reconhecemos que a sustentabilidade é uma jornada contínua e uma oportunidade para criar valor a longo prazo e estamos determinados a enfrentar os seus desafios com os quais nos deparamos de forma proativa.

Continuaremos a trabalhar em estreita colaboração com os nossos *stakeholders* na procura de soluções inovadoras para os desafios que enfrentamos. Acreditamos que, juntos, podemos construir um futuro sustentável e próspero para o Grupo PARPÚBLICA e para as gerações futuras.

Lisboa, 30 de maio de 2023

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

Jaime Andrez

Presidente

José Realinho de Matos

Vice-Presidente

Ana Santos Martins

Vogal Executiva

João Pinhão

Vogal Executivo

Maria João Dias Pessoa de Araújo

Vogal Não Executiva

José Miguel Morais de Azevedo Rodrigues

Vogal Não Executivo

## VIII. TABELA GRI

NORMA GRI	INDICADOR	LOCALIZAÇÃO Página
<b>GRI 102: Conteúdos Gerais 2016</b>	<b>Perfil Organizacional</b>	
	102-1 Nome da organização	7 a 15
	102-2 Atividades, marcas, produtos e serviços	9 a 15
	102-3 Localização da sede	7 a 14
	102-4 Localização das operações	7 a 14
	102-5 Tipo e natureza jurídica da propriedade	10 a 14
	102-6 Mercados servidos	10 a 14
	102-7 Dimensão da organização	7 a 14 / 20 a 40
	102-8 Informação sobre colaboradores e outros trabalhadores	40 a 46
	102-9 Cadeia de fornecedores	7 a 14 / 20 a 25
	102-10 Alterações significativas na organização ou na sua cadeia de fornecedores	7 a 14 / 20 a 25
	102-11 Abordagem ao princípio da precaução	15 a 17 / Relatório do Governo Societário 2022
	102-12 Iniciativas externas	18 a 65
102-13 Participação em associações	18 a 65	
<b>Estratégia</b>		
102-14 Declaração da administração	3 a 5	
102-15 Principais impactes, riscos e oportunidades	17 a 22 / Relatório do Governo Societário 2022	
<b>Ética e Integridade</b>		
102-16 Valores, princípios, padrões e normas de conduta	17 a 19 / Relatório do Governo Societário 2022	
102-17 Mecanismos para aconselhamento e preocupações sobre ética	17 a 19 / Relatório do Governo Societário 2022	
<b>Governança</b>		
102-18 Estrutura de governança	15 a 16 / Relatório do Governo Societário 2022	

NORMA GRI (cont)	INDICADOR (cont)	LOCALIZAÇÃO Página (cont)
	<b>Envolvimento com <i>Stakeholders</i></b>	
	102-40 Lista de grupos de <i>stakeholders</i>	20 a 23
	102-41 Acordos de contratação coletiva	25 a 40
	102-42 Identificação e seleção de <i>stakeholders</i>	20 a 23
	102-43 Abordagem ao envolvimento de <i>stakeholders</i>	20 a 23
	102-44 Principais questões e preocupações identificadas	20 a 23w
	<b>Práticas de relato</b>	
	102-45 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	9 a 15 / Relatório e Contas 2022 / Relatório do Governo Societário 2022
	102-46 Definição do conteúdo do relatório e Limites dos tópicos	7 a 9 / 18 a 20
<b>GRI 102: Conteúdos Gerais 2016</b>	102-47 Lista de tópicos materiais	18 a 20
	102-48 Reformulação de informações	7 a 15
	102-49 Alterações no relato	7 a 15
	102-50 Período coberto pelo relatório	1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022
	102-51 Data do relatório anterior mais recente	31 de dezembro de 2021
	102-52 Ciclo de publicação	Anual
	102-53 Contactos para questões sobre o relatório	7 a 9
	102-54 Declaração de conformidade com as Normas GRI	7 a 9
	102-55 Índice GRI	68 a 75
	102-56 Verificação externa	7 a 9



INDICADOR		LOCALIZAÇÃO/ RESPOSTA
<b>Desempenho Económico</b>		
<b>GRI 103: Abordagem de Gestão 2016</b>		<b>23 a 46</b>
<b>GRI 201: Desempenho Económico 2016</b>	201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades suscitados pelas alterações climáticas	23 a 46
	201-3 Planos de benefícios na aposentação, oferecidos pela organização	23 a 26
	201-4 Apoios financeiros recebidos do governo	23 a 46
<b>Impactes Económicos Indiretos</b>		
<b>GRI 103: Abordagem de Gestão 2016</b>		<b>23 a 26</b>
<b>GRI 203: Impactes Económicos Indiretos 2016</b>	203-1 Investimentos em infraestruturas e serviços assegurados	23 a 46
	203-2 Impactes económicos indiretos significativos	23 a 46
<b>Práticas de Compras/Abastecimento</b>		
<b>GRI 103: Abordagem de Gestão 2016</b>		<b>23 a 46</b>
<b>GRI 204: Práticas de Compras/Abastecimento 2016</b>	204-1 Proporção de despesas com fornecedores locais	23 a 46
<b>Anticorrupção</b>		
<b>GRI 103: Abordagem de Gestão 2016</b>		<b>23 a 25</b>
<b>GRI 205: Anticorrupção 2016</b>	205-1 Operações submetidas a avaliação de riscos de corrupção	23 a 25
	205-2 Comunicação e formação em procedimentos e política anticorrupção	23 a 25
	205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	Nada a assinalar
<b>Concorrência Desleal</b>		
<b>GRI 103: Abordagem de Gestão 2016</b>		<b>23 a 25</b>
<b>GRI 206: Concorrência Desleal 2016</b>	206-1 Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de antitrust e monopólio	Nada a assinalar

## Desempenho Ambiental

### Materiais

**GRI 103: Abordagem de Gestão 2016** **46 e 65**

<b>GRI 301: Materiais 2016</b>	301-1 Consumo total de materiais usados por peso ou volume	46 a 65
	301-2 Utilização de materiais reciclados	46 a 65

### Energia

**GRI 103: Abordagem de Gestão 2016** **46 e 65**

<b>GRI 302: Energia 2016</b>	302-1 Consumo de energia dentro da organização	46 a 65
	302-4 Redução do consumo de energia	46 a 65

### Água

**GRI 103: Abordagem de Gestão 2016** **46 e 65**

<b>GRI 303: Água 2016</b>	303-1 Água captada	46 a 65
	303-3 Água reciclada e reutilizada	46 a 65
	303-5 Consumo de água	46 a 65

### Biodiversidade

**GRI 103: Abordagem de Gestão 2016** **46 e 65**

<b>GRI 304: Biodiversidade 2016</b>	304-1 Áreas protegidas	46 a 65
	304-2 Impactos significativos na biodiversidade	46 a 65

### Emissões

**GRI 103: Abordagem de Gestão 2016** **46 e 65**

<b>GRI 305: Emissões 2016</b>	305-1 Emissões diretas de GEE's (Scope 1)	46 a 65
	305-5 a 7 Medidas de proteção ambiental	46 a 65

### Efluentes e Resíduos

**GRI 103: Abordagem de Gestão 2016** **46 e 65**

<b>GRI 306: Efluentes e Resíduos 2016</b>	306-2 Resíduos produzidos	46 a 65
	306-3 Derrames significativos	Nada a assinalar

<b>Conformidade Ambiental</b>		
<b>GRI 103: Abordagem de Gestão 2016</b>		<b>46 e 65</b>
<b>GRI 307: Conformidade Ambiental 2016</b>	307-1 Não-conformidade com leis e regulamentos ambientais	Nada a assinalar
<b>Avaliação Ambiental de Fornecedores</b>		
<b>GRI 103: Abordagem de Gestão 2016</b>		<b>46 e 65</b>
<b>GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016</b>	308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	46 a 65
	308-2 Impactes ambientais negativos na cadeia de fornecedores e ações tomadas	46 a 65
<b>Desempenho Social</b>		
<b>Emprego</b>		
<b>GRI 103: Abordagem de Gestão 2016</b>		<b>25 a 40</b>
<b>GRI 401: Emprego 2016</b>	401-1 Entradas e saídas	25 a 40
	401-2 Benefícios para os trabalhadores	25 a 40
	401-3 Licença parental	25 a 40
<b>Segurança e Saúde no Trabalho</b>		
<b>GRI 103: Abordagem de Gestão 2016</b>		<b>25 a 40</b>
<b>GRI 403: Segurança e Saúde no Trabalho 2016</b>	403-2 Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionados com o trabalho	25 a 40
	403-4 Temas de saúde e segurança cobertos em acordos formais com os sindicatos	25 a 40
<b>Formação e Educação</b>		
<b>GRI 103: Abordagem de Gestão 2016</b>		<b>25 a 40</b>
<b>GRI 403: Segurança e Saúde no Trabalho 2016</b>	403-2 Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionados com o trabalho	25 a 40
	403-4 Temas de saúde e segurança cobertos em acordos formais com os sindicatos	25 a 40



<b>Formação e Educação</b>		
<b>GRI 103: Abordagem de Gestão 2016</b>		<b>25 a 40</b>
	404-1 Média anual de horas de formação anual por colaborador	25 a 40
<b>GRI 404: Formação e Educação 2016</b>	404-3 Percentagem de colaboradores que recebem regularmente análises de desempenho e desenvolvimento de carreira	25 a 40
<b>Diversidade e Igualdade de Oportunidades</b>		
<b>GRI 103: Abordagem de Gestão 2016</b>		<b>25 a 40</b>
	405-1 Diversidade nos órgãos de governação e colaboradores	25 a 40
<b>GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016</b>	405-2 Rácio do salário e remuneração entre homens e mulheres	25 a 40
<b>Não-Descriminação</b>		
<b>GRI 103: Abordagem de Gestão 2016</b>		<b>25 a 40</b>
<b>GRI 406: Não- Discriminação 2016</b>	406-1 Incidentes de discriminação e medidas corretivas tomadas	Nada a assinalar
<b>Liberdade de Associação e Negociação Coletiva</b>		
<b>GRI 103: Abordagem de Gestão 2016</b>		<b>25 a 40</b>
<b>GRI 407: Liberdade de Associação e Negociação Coletiva 2016</b>	407-1 Operações e fornecedores em que a liberdade de associação e negociação coletiva possa estar em risco	25 a 40
<b>Trabalho Infantil</b>		
<b>GRI 103: Abordagem de Gestão 2016</b>		<b>25 a 40</b>
<b>GRI 408: Trabalho Infantil 2016</b>	408-1 Operações e fornecedores em se verifique um risco significativo de incidentes de trabalho infantil	Nada a assinalar
<b>Trabalho Forçado ou Escravo</b>		
<b>GRI 103: Abordagem de Gestão 2016</b>		<b>25 a 40</b>
<b>GRI 409: Trabalho Forçado ou Escravo 2016</b>	409-1 Operações e fornecedores em se verifique um risco significativo de incidentes de trabalho escravo ou forçado	Nada a assinalar

<b>Práticas de Segurança</b>		
<b>GRI 103: Abordagem de Gestão 2016</b>		<b>25 a 40</b>
<b>GRI 410: Práticas de Segurança 2016</b>	410-1 Pessoal de segurança com formação nas políticas ou procedimentos de direitos humanos	25 a 40
<b>Avaliação dos Direitos Humanos</b>		
<b>GRI 103: Abordagem de Gestão 2016</b>		<b>25 a 40</b>
<b>GRI 412: Avaliação dos Direitos Humanos 2016</b>	412-1 Operações sujeitas a análise ou avaliação de impactes sobre os direitos humanos	25 a 40
	412-2 Formação dos colaboradores em políticas ou procedimentos sobre direitos humanos	25 a 40
	412-3 Acordos e contratos de investimento significativos que incluam cláusulas de direitos humanos, ou que tenham sido sujeitos a análise de direitos humanos	25 a 40
<b>Comunidades Locais</b>		
<b>GRI 103: Abordagem de Gestão 2016</b>		<b>25 a 40</b>
<b>GRI 413: Comunidades Locais 2016</b>	413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacte e programas de desenvolvimento	25 a 40
	413-2 Operações com impactes negativos significativos potenciais ou reais nas comunidades locais	25 a 40
<b>Avaliação Social de Fornecedores</b>		
<b>GRI 103: Abordagem de Gestão 2016</b>		<b>25 a 40</b>
<b>GRI 413: Comunidades Locais 2016</b>	413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacte e programas de desenvolvimento	25 a 40
	413-2 Operações com impactes negativos significativos potenciais ou reais nas comunidades locais	25 a 40
<b>Avaliação Social de Fornecedores</b>		
<b>GRI 103: Abordagem de Gestão 2016</b>		<b>18 a 23</b>
<b>GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores 2016</b>	414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	18 a 23
	414-2 Impactes sociais negativos na cadeia de fornecedores e ações tomadas	Nada a assinalar

<b>Privacidade dos Clientes</b>		
<b>GRI 103: Abordagem de Gestão 2016</b>		<b>40 a 46</b>
<b>GRI 418: Privacidade dos clientes 2016</b>	418-1 Reclamações fundamentadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes	40 a 46
<b>Compliance Socio-económico</b>		
<b>GRI 103: Abordagem de Gestão 2016</b>		<b>40 a 46/ Relatório do Governo Societário 2022</b>
<b>GRI 419: Compliance socio-económico 2016</b>	4419-1 Não conformidades com leis e regulamentos nas áreas económico-social	Nada a assinalar